

José Carlos Sebe Meihy  
Cláudio Bertolli Filho

# HISTÓRIA SOCIAL DA SAÚDE: OPINIÃO PÚBLICA VERSUS PODER, A CAMPANHA DA VACINA 1904



**GUERRA VACCINO-OBRICATEZA!...**



José Carlos Sebe Meihy  
Cláudio Bertolli Filho

# HISTÓRIA SOCIAL DA SAÚDE: OPINIÃO PÚBLICA VERSUS PODER, A CAMPANHA DA VACINA 1904



**GUERRA VACCINO-OBRICATEZA!...**



José Carlos Sebe Meihy  
Cláudio Bertolli Filho

**HISTÓRIA SOCIAL DA SAÚDE:**  
opinião pública versus poder, a Campanha da Vacina 1904



Taubaté-SP  
2024

# EXPEDIENTE EDITORA

## Diretora-Presidente

| **Reitora:** Profa. Dra. Nara Lúcia Perondi Fortes

## Conselho Editorial

| **Pró-reitora de Extensão:** Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa

| **Assessor de Difusão Cultural:** Prof. Me Luzimar Goulart Gouvêa

| **Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas:** Shirlei de Moura Righeti

| **Representante da Pró-reitoria de Graduação:** Profa. Emari Andrade

| **Representante da Pró-reitoria de Pesq. e Pós-graduação:** Prof. Dr. Lourival da Cruz Galvão

| **Área de Biociências:** Profa. Dra. Milene Sanches Galharido

| **Área de Exatas:** Prof. Dra. Érica Josiane Coelho Gouvêa

| **Área de Humanas:** Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves

| **Consultora Ad hoc:** Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

## Equipe Técnica

| **Coordenador de Produção Editorial:** Alessandro Squarcini

## Projeto Gráfico

| **NDG** – Núcleo de Design Gráfico da Universidade de Taubaté

| **Capa:** Alessandro Squarcini

| **Charge:** Leonidas, publicada em 29 de outubro de 1904 na edição 111 da revista O Malho

| **Diagramação:** Rafael Campos de Jesus, Lucas Henrique Felix da Silva

| **Revisão:** Dos Autores

| **Impressão:** Eletrônica (e-book)

## Ficha Catalográfica

| **Bibliotecária:** Ana Beatriz Ramos - CRB-8/6318

### Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI

M512h	Meihy, José Carlos Sebe História social da saúde: opinião pública versus poder, a Campanha da Vacina 1904 [recurso eletrônico] / José Carlos Sebe Meihy, Cláudio Bertolli Filho. – Dados eletrônicos. – Taubaté : EdUnitau, 2024. 93 p.  Formato: PDF Requisitos do sistema: Adobe Modo de acesso: world wide web  ISBN: 978-85-9561-175-7 (on-line)  1. Revolta da vacina. 2. Rio de Janeiro (Estado). 3. Saúde pública. 4. Oswaldo Cruz, 1872-1917. I. Bertolli Filho, Cláudio. II. Título.  CDD – 981.53
-------	---

#### *Índice para Catálogo sistemático*

Revolta da vacina – 981.53  
Rio de Janeiro (Estado) – 981.53  
Saúde pública – 614.4  
Oswaldo Cruz, 1872-1917 – 925

## Copyright © by Editora da UNITAU, 2024

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

# SUMARIO

Apresentação. Rachel Duarte, Suzana Lopes.....	06
Apresentação. Maria Luiza Marcílio.....	10
Prefácio. Walnei Fernandes Barbosa.....	13
Prefácio. José Wellington de Souza.....	15
Prefácio. José Carlos Sebe Bom Meihy.....	17
Prefácio. Claudio Bertolli Filho.....	21

## HISTÓRIA SOCIAL DA SAÚDE: opinião pública versus poder, a Campanha da Vacina 1904

Introdução.....	24
I- Resistência Popular à Vacinação.....	29
II- A Variola: Caso de Polícia.....	42
III- Os Positivistas e a Questão da Vacina Obrigatória.....	54
IV- O Poder Legislativo e a Vacina.....	66
V- A Revolta de 1904.....	75
Conclusão.....	88
Bibliografia.....	90

# APRESENTAÇÃO

Publicada há 34 anos, em 1990, pela Coleção Estudos CEDHAL, a obra “História Social da Saúde: opinião pública versus poder a Campanha da Vacina 1904”, é agora reeditada pela Editora da UNITAU, acrescida de prefácios que buscam atualizar a discussão a respeito dos processos de imunização coletivos após o contexto da pandemia de covid-19, quando a problemática entorno da vacina voltou a povoar o cenário social, político e sanitário brasileiro.

Interessa, particularmente, refletir sobre como a pandemia de covid-19 evidenciou a importância dos estudos sobre imunização, não apenas do ponto de vista científico, mas também sob a ótica histórica e social. Importa pontuar que, historicamente, as vacinas têm sido um dos maiores avanços na saúde pública, contribuindo para a erradicação e controle de diversas doenças infecciosas, como a varíola (naquele momento), e agora, a covid-19.

Este legado se torna relevante quando refletimos sobre o impacto devastador da recente pandemia, que expôs as fragilidades dos sistemas de saúde ao redor do mundo e a urgência de se investir coletivamente e de forma cooperativa em pesquisas e desenvolvimento de vacinas.

Os estudos vacinais também incentivaram um debate importante sobre a desinformação, que se proliferou nas redes sociais. A disseminação de desinformação e de teorias conspiratórias sobre vacinas ilustrou a necessidade urgente de educação científica e de políticas de comunicação eficazes que ajudem o público a entender, não apenas a eficácia das vacinas, mas também os riscos que as doenças infecciosas representam, quando a imunização é ignorada.

Com essa publicação, defendemos ser possível estabelecer relação entre a Revolta da Vacina (1904) e a mentalidade de resistência à vacinação que tem emergido no contexto contemporâneo (marcada pelas experiências pós 2020). Ambos os fenômenos refletem tensões sociais, culturais e políticas em torno da vacinação e levantam questões sobre a confiança nas instituições de saúde pública.

No passado, o processo de vacinação pôde ser entendido como uma reação a percepções de perda de autonomia, violação de direitos individuais, desconfiança em relação à ciência e às instituições governamentais. Hoje, o surgimento de movimentos antivacinais pode refletir uma mentalidade comparada àquela que deu origem à Revolta da Vacina. Ambos os casos mostram que a resistência à vacinação não deve ser estudada em relação a fatores emocionais, sociais e culturais. Portanto, compreender a Revolta da Vacina pode oferecer elementos para que possamos ressaltar a importância da construção de confiança e de diálogos para a promoção da saúde.

Socialmente, a pandemia revelou desigualdades profundas na distribuição de saúde e acesso à vacinação. Alguns países conseguiram vacinar suas populações rapidamente, e outros lutaram com a escassez de doses. Assim, os estudos sobre vacinas, em um contexto pós-pandemia, vão além do desenvolvimento de produtos. Convidam a refletir sobre a interconexão entre a saúde pública, a justiça social, a comunicação científica, a sociologia e a história.

Além dessa atualização da temática, cabe lembrar que, em 2024, a Revolta da Vacina completa 120 anos. Considera-se, assim, esta oportunidade para reeditar a obra e ampliar a discussão sobre o tema, tão atual e relevante para a compreensão da dinâmica histórico-social da área da saúde no país. Soma-se a esses aspectos que justificam a reedição da obra o fato de que a figura e as ações de Oswaldo Cruz, apesar de ser conhecido e estudado, e de ser reconhecido em sua cidade natal, a vizinha cidade de Taubaté, São Luiz do Paraitinga, na qual a casa onde ele morou quando criança foi transformada em museu, ainda precisam ser mais estudadas e conhecidas.

A instituição pela qual a obra foi originalmente publicada é o Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina-CEDHAL, da Universidade de São Paulo, que promoveu e publicou, ao longo da sua existência e ainda agora em atividade, estudos importantes sobre os temas e assuntos da área à qual se dedica.

Os autores têm ampla e consolidada qualificação como pesquisadores e notabilizaram-se em temáticas relacionadas à História Social. José Carlos Sebe Bom Meihy, fez sua graduação em História pela Universidade de Taubaté, é professor livre docente aposentado do Departamento de História, da Universidade de São Paulo. Foi professor visitante da Universidade de Stanford e da Universidade de Miami, ambas nos Estados Unidos. É conferencista em várias universidades no Brasil, Europa, América e África. Em suas pesquisas em História Social, preocupava-se com a História Popular e, nessa área já pesquisou e escreveu, dentre outras temáticas, sobre: Carnaval, Futebol, Religiosidade, movimentos rebeldes de massas, envolvimento da América Latina na Guerra Civil Espanhola, o escritor Monteiro Lobato. José Carlos Sebe Bom Meihy é referência na área de História Oral, tendo criado o NEHO-Núcleo de Estudos de História Oral e publicado diversas obras sobre essa temática, dentre elas a mais relevante, intitulada “Manual de História Oral”.

Claudio Bertolli Filho fez sua graduação em História na Universidade de São Paulo, foi professor na Fundação Vale Paraibana de Ensino, nas Faculdades Metropolitanas Unidas e na Faculdade de Filosofia da USP. Atualmente é professor adjunto aposentado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, atuando junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação. Especializou-se em temas da História da Saúde no Brasil, dedicando-se ao tema, inclusive, em sua pesquisa de mestrado, com a dissertação intitulada: "Epidemia e Sociedade: a Gripe Espanhola em São Paulo". Em sua tese de doutorado, também sobre temática relativa à saúde, abordou o tema Tuberculose no Brasil. Publicou também vários artigos sobre questões médicas e sanitárias. Estudou também na Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, onde se iniciou nos estudos de História Social da Saúde.

Além da perspectiva da área da História Social, da qual ambos os autores são vinculados desde a sua formação, conforme indicado acima, nesta breve apresentação, a obra também assume uma dimensão que pode ser considerada interdisciplinar, pois mobiliza de forma interseccional questões das áreas de história, sociologia e saúde. Esperamos que



essa seja uma iniciativa que inspire outras nesta direção, considerando-se a função acadêmica de compreender e de promover a transformação social por meio do olhar aguçado e articulado sobre questões complexas como esta.

Esclarecemos que a obra foi mantida na versão original de acordo com a opção dos autores. Assim, o leitor poderá observar expressões e conceitos utilizados originalmente como marca do final do século XX, momento em que a obra foi elaborada.

Representando a Universidade de Taubaté, para nós duas, professoras do curso de História e ex-alunas do professor José Carlos Sebe Bom Meihy, configura-se uma honra promover a reedição desta obra tão necessária e, assim, ampliar o acesso a ela por meio da versão digital. Ressaltamos, por fim, a confluência de fatores já indicados aqui e que resultaram nesta exitosa iniciativa.

**Rachel Duarte Abdala**

**Suzana Lopes Salgado Ribeiro**

Docentes do Curso de Licenciatura em História e do  
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento  
Humano da Universidade de Taubaté

# APRESENTAÇÃO

Dentro do processo secular da transição demográfica que nos países não industrializados iniciou-se tardiamente, em fins do século passado, ou mais nitidamente a partir do nosso século, a queda da mortalidade foi o primeiro fator a sofrer estrutural mudança, através de queda acentuada e sustentada.

Nesse movimento de descenso da mortalidade, costuma-se verificar que a curva da mortalidade cai primeiramente com o controle dos picos mais devastadores de populações, resultantes das epidemias, e em especial a da varíola, primeira a possuir uma vacina imunizadora.

Costuma-se aceitar que por meio de uma tecnologia em grande avanço e de progressos médicos, quimoterápicos e do sanitarismo alcançados ao longo do século passado, particularmente na Europa, puderam os países não industrializados importar esses conhecimentos elaborados lentamente e já testados em populações do primeiro mundo, e com eles rapidamente controlar epidemias, doenças infecto-contagiosas, em última instância a própria morte. Tudo como se nenhuma resistência ou obstáculo interposto por governos e povos tivesse havido. Afinal, desde sempre a humanidade busca o elixir da longa vida, independente de raças, de credos, de diferenças sociais.

No entanto, quando se desce das análises macro, genéricas e por isso mesmo simplificadoras de realidades humanas, descobre-se, por vezes, realidades e trajetórias nem sempre lineares.

É o que mostra o trabalho que o CEDHAL põe à disposição dos estudiosos, elaborado pelos autores JOSÉ CARLOS SEBE MEIHY (Professor Associado do Departamento de História da USP) e de CLAUDIO BERTOLLI FILHO (do Departamento de História da Universidade Metropolitana Unida e da Fundação Valeparaibana de Ensino).

A vacina anti-variólica, introduzida no Brasil em fins do século XVIII, prática já conhecida em todo país ao longo de todo um século, foi feroz e violentamente combatida pela população da capital da República, em 1904, quando decretada sua obrigatoriedade.

Essa Revolta popular eclode juntamente no Rio de Janeiro, cidade de péssima reputação internacional por ser uma das capitais mais insalubres do mundo ocidental.

De fato, o Rio de Janeiro do século XIX, capital do Império do Brasil, primeira cidade em população e a melhor equipada urbanisticamente no país, apresentou sistematicamente e em todos os anos do Império, uma mortalidade superior a sua natalidade. A tuberculose matava cronicamente seus habitantes em primeiro lugar (de 20 a 25% das mortes anuais), seguida de toda sorte de moléstias infecciosas do aparelho digestivo, responsáveis por porcentagens de mortes não menos significativas. Mas, o que impressiona o analista de hoje, mais do que os níveis de mortes por doenças crônicas da época, são os surtos quase anuais de epidemias devastadoras. Havia anos - e não poucos - no tempo do Império, em que as populações do Rio sofreram simultâneo ataque de duas e até três epidemias mortíferas.

Se a população da capital cresceu a taxas fortes e constantes durante o século XIX, foi exclusivamente graças à entrada maciça e anual de escravos (da África ou das Províncias brasileiras), dos migrantes de todo país atraídos pela Corte e dos imigrantes de muitos países. Porque a Corte em si foi um matadouro incansável de seus habitantes.

Ora, a Revolta da Vacina de 1904 eclode nesse quadro de letalidade e mortalidade triunfantes.

Os Autores buscam, pois, o entendimento desse episódio, num contexto inter-relacionado, analisando forças interpostas: a ação do Estado, da Medicina e Saúde Pública e da vontade popular.

A força do presente trabalho está ainda na tentativa de integrar a Revolta de 1904 no processo secular de esforço do Estado e de segmentos da sociedade (no caso particular, do saber médico) no sentido de "modernizar" a sociedade brasileira. Nessa luta, buscam os Autores mostrar as atitudes do poder do Estado (executivo, legislativo, forças militares), convencido da necessidade de imposição da vacina às populações ignorantes, analfabetas, "retrógradas", como vetor modernizador. Juntos e firmes estiveram o Presidente Rodrigues Alves e seu Diretor de saúde pública Oswaldo Cruz.

A obrigatoriedade da vacinação caiu por força da resistência popular. Mas o conjunto de medidas saneadoras e de prevenção a doenças tomadas pelo governo, através de Oswaldo Cruz venceram. No Rio de Janeiro, a partir de 1906, e pela primeira vez desde mais de um século, o número de nascimentos supera o das mortes. E essa situação vigiu desde então.

Maria Luiza Marcílio  
Diretora do CEDHAL  
1990

## PREFÁCIO

A saúde pública é um campo permeado por tensões entre a opinião pública e o poder, um tema central abordado na obra "História Social da Saúde: Opinião Pública versus Poder, a Campanha da Vacina 1904". Este livro nos convida a refletir sobre como as decisões em saúde são moldadas, não apenas por evidências científicas, mas também por contextos sociais, culturais e políticos. Ao analisar a campanha de vacinação de 1904 no Brasil, que visava erradicar a varíola, encontramos um exemplo emblemático de como a resistência da população pode desafiar as autoridades sanitárias. A imposição da vacinação obrigatória gerou uma onda de protestos e descontentamento, culminando na Revolta da Vacina, um episódio que ilustra a complexa relação entre a saúde pública e a percepção popular.

Hoje, especialmente em meio à pandemia de covid-19, percebemos que muitos dos dilemas enfrentados no passado permanecem relevantes. A hesitação vacinal que se manifestou em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, ecoa as tensões observadas em 1904. A desconfiança em relação às vacinas, alimentada por desinformação, teorias da conspiração, negativismo e fake news, reflete uma luta contemporânea entre a ciência e a opinião pública. Assim como na Revolta da Vacina, quando a população se opôs a uma intervenção considerada autoritária, hoje enfrentamos um cenário em que a liberdade individual é frequentemente colocada em conflito com a saúde coletiva.

Dessa forma, esse diálogo entre o passado e o presente, ressaltando que a história da saúde é marcada por ciclos de resistência e aceitação, suscita uma reflexão, e esta obra nos oferece uma lente crítica para entender esses fenômenos. Permite-nos refletir sobre as lições que o passado nos ensina. Ao confrontar a resistência à vacinação de 1904 com a atual hesitação em relação à vacina contra a covid-19, somos desafiados a considerar como a construção da confiança pública e a comunicação eficaz podem ser fundamentais para

a promoção da saúde em nossa sociedade. A história, portanto, não é apenas um registro do que foi, mas uma ferramenta poderosa para moldar o que pode ser, se aprendermos com os erros e acertos do passado.

**Walnei Fernandes Barbosa**

Médico Gastroenterologia

Docente do Curso de Graduação em Medicina da  
Universidade de Taubaté

## PREFÁCIO

As máculas deixadas pelas epidemias, herança nefasta de múltiplos episódios horrorosos, não se detiveram nos corpos humanos que foram consumidos pelas febres e mutilados pela chaga. Elas se gravaram, com igual ferocidade, em nossa memória coletiva, em nosso corpo social e em nossa herança cultural. Podemos sentir a sombra da praga, da moléstia e da morte coletiva em nossa iconografia, em nossa música, nosso cinema e nossa literatura. O medo do mal que se espalha como um sussurro trazido pelo vento está sempre a nos acariciar os ouvidos e a arrepiar nossa espinha. O medo da aniquilação coletiva que parece nos sondar sempre.

Basta uma notícia de jornal para desbloquear nossa lembrança coletiva ancestral, basta a palavra maldita para que nossos cérebros sejam invadidos por lembranças tétricas. Imagens de corpos tomados por pústulas, histórias de doentes segregados, enterrados quase vivos, sonhos febris de homens com máscaras profiláticas, sonhos marcados em cores e tons de profecias antigas, experiências recentes de anos de apartação do mais efêmero contato social, o trote mau auspicioso do cavalo branco das escrituras.

Assim parece ter sido com a varíola nas américas, nos trópicos americanos já tão roídos de bichos e de multifacetadas enfermidades, e no Brasil, com seus subúrbios e sertões sempre alheios à salubridade.

No desalento compartilhado, um nome aparece e se retêm nas páginas da história nacional da virada do último século, o nome de Osvaldo Cruz, precursor dos sanitaristas de Manguinhos e difusor da vacina de Jenner entre nós. Seria uma esperança, um anjo de luz e caridade, não fossem também os anjos dotados de certa ambiguidade e ser mesmo a morte concebida com aspectos seráficos. E logo se suspeitou da vacina. Deu-se a revolta da vacina.

Tal revolta nos é mais ou menos familiar, assim como suas possíveis razões. A crise da República, o rancor dos monarquistas, a animosidade popular ora alçada à toda consciência de si, frente aos abusos

higienistas, ora reduzida aos receios obscurantistas populares, e quase nada sobre o assunto nos parece original.

Abstém-se do mesmismo e do lugar comum, com que se trata o tema, a obra que o leitor está prestes a ler. Onde, de maneira ímpar, a escrita de José Carlos Sebe Bom Meihy e Cláudio Bertolli Filho, autores de vasta bibliografia, apresenta-nos novas perspectivas sobre a questão, ao traçarem a história social que abarca a revolta da vacina. Livro escrito originalmente no ano de 1985, mas que conserva seu frescor inicial, com contribuições que são, no mínimo, necessárias.

No texto surgem novos agentes e antecedentes capazes de esclarecer o fenômeno, e os autores trazem à baila, com documentos da época, tanto a má memória de antigos programas de imunização, feita à lanceta embebida em pus contaminado, quanto a aversão positivista ao que chamavam “despotismo sanitário”, em disputa com os discursos políticos embebidos em políticas civilizatórias de produção europeia.

Complexifica-se o quadro da revolta. Soma-se às mazelas da população, sua inadequação ao novo mundo em sua moderna etapa capitalista, sua ocupação malquista de áreas da cidade a serem valorizadas.

Abstenho-me de prosseguir. Deixo o leitor nas boas mãos dos autores que o guiarão em tremenda, fascinante e elucidativa jornada à página ainda tão relevante de nossa recente história social.

**José Wellington de Souza**

Doutor em Ciências Sociais

Docente Colaborador do Programa de pós-graduação em

Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté



## PREFÁCIO

A vida acadêmica, sempre tão atribulada e cheia de ardis, às vezes oferece surpresas notáveis. Este é um exemplo: a republicação do texto “HISTÓRIA SOCIAL DA SAÚDE: Opinião pública versus poder, a Campanha da Vacina - 1904”. Com intenção de debate realizado em 1984, no Museu Frei Galvão em Guaratinguetá, SP, deu-se o início do presente ensaio, concluído e publicado em 1990, pelo Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, entidade vinculada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. A nascente do projeto, diga-se, inscrevia-se no céu estrelado da Abertura política nacional – depois da ditadura cívico-militar, iniciada nos idos de 1964 e concluída com eleições democráticas, em 1985.

A retomada da mesma proposta 40 anos depois se explica por dois motivos contíguos: um, pela necessidade de instrução de tema que insiste em repontar de tempos em tempos, evidenciando intermitências que, espiraladas, retomam a dissociação entre saberes científicos, políticas de governos e acatamentos populares; outro, suplementar, remete à importância de estudos históricos, em particular de pautas acadêmicas de interesses abrangentes, produzidas em diálogos estabelecidos entre a qualidade de pesquisas e a recepção além das fronteiras universitárias.

Na raiz, em termos teórico, repontavam orientações da História Social, e nela, estudos atentos aos efeitos de linhas do pensamento crítico traduzido na prática da vida cotidiana regida por uma elite intelectual que, em si, também era conflitiva. Desdobramento natural dessa linhagem historiográfica, a chamada História Pública, ponte constituída entre pesquisas de fôlego e acolhimento geral, fez testar a possibilidade pretendida pelo nosso intento. Escapar do hermetismo científico e permitir análises além do espetaculoso inerente aos fatos foi para nós um desafio inaudito. Intrépido também é o realinhamento presente que, considerando que a História não se repete, busca entender os lapsos para explicar retomadas oportunas.

Os constantes desafogos catárticos de depois da superação dos momentos de tormenta, de regra, encobrem práticas discursivas que, com absoluta certeza, mereceriam cuidados. Na convicção de que o “esquecimento faz parte da memória”, frente a tal constatação, preocupa discutir porquês subjetivos desses silêncios. As tais latências, justificadas nas compensações psicossociais, contudo, cobram preços caros como se, de epidemia a epidemia, fossem mandatórios os recomeços. À luz das evidências, qual rocha de Sísifo, a cada surto rola-se a mesma pedra de consequências dramáticas para a população. A perversa descontinuidade, mesmo que com raras exceções, guarda ambiguidades que confirmam extremos e salientam o tamanho do vazio entre investigações científicas que se desdobram progressivas e frações da opinião pública que se alienam. Pergunta-se: Qual o papel do estado? Qual o papel do “povo? Qual o papel da educação nesse intrincando jogo de continuidades e rupturas?

Os recentes debates sobre a validade (ou não) da vacinação e as eventuais medidas compulsórias, por ocasião do surto da covid-19, confirmam a premência da retomada de enredos interrompidos, ainda que atentos às polêmicas que pontuam argumentos em favor da desejável profilaxia ou prevenção, aproximando linhagens científicas da recepção popular. Uma das virtudes da visita a esse “velho texto” incide, pois, na busca da correção do apagamento de situações que merecem destaque agora, neste tempo de balanço sobre o dramático e indigesto passado recente, bem como dos usos situacionais das políticas públicas ideologizadas ao limite do suportável.

A par de enquadramentos historiográficos, a produção deste ensaio foi também resultado de uma parceria que honra a relação professor-aluno. Explico-me. Eu, feito historiador formado pela antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Taubaté, tornando-me doutor, docente, e lecionando na Universidade de São Paulo, fui agraciado por ter como aluno em minhas aulas Claudio Bertolli Filho. Afinidades eletivas aproximaram-nos e, em decorrência do fértil convívio, por felicidade docente, pude acompanhá-lo como orientador também na pós-graduação. Foi

assim que vi crescer um dos mais profícuos pesquisadores de estudos da saúde do país.

Juntos, Bertolli e eu, com a carga de responsabilidade de quantos percebiam a História e a pesquisa histórica como exercício cidadão, retraçamos alguns projetos que, afinal, costuravam interesses comuns. Depois do presente ensaio, em continuidade, por exemplo, sob a mesma ótica temática, no ano 2000 publicamos um livro paradidático destinado ao público infanto juvenil, intitulado “A Revolta da Vacina”, na série Guerra e Revoluções. Desenvolvemos ainda outros trabalhos e, mesmo fisicamente distanciados, temos nos acompanhado rendendo tributos ao compromisso docente que nos é comum, sempre qualificando a humanização do conhecimento.

A reunião possibilitada pela presente retomada oferece oportunidade de olhar para o passado e medir o caminho traçado, sempre atento ao papel da pesquisa de eco público. Aliás, esse valor é enunciado na reafirmação das dedicatórias feitas a dois médicos amigos determinantes em nossas carreiras. Bertolli citou o Dr. Mário Sposati e, no meu caso, a menção dirigiu-se ao Dr. Emílio Antônio Francischetti, ex-diretor e modernizador da Faculdade de Medicina de Taubaté, parceiro de vida inteira. Além da reafirmação desses oferecimentos, cabe referências à Universidade de Taubaté, em nome da Magnífica Reitora Dra. Nara Lúcia Perondi Fortes. A essa instituição estendo agradecimentos gerais, não só pela iniciativa de trazer à baila um problema de impacto científico relevante, mas também por exponenciar um trabalho de dois ex-professores do curso taubateano de História. Além da expressão protocolar de gratidão, cabe citar a Dra. Rachel Abdala, atenta docente que cuidou de alinhar contatos resultantes desta pesquisa.

**José Carlos Sebe Bom Meihy**

Professor Titular do Departamento de História da

Universidade de São Paulo

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## PREFÁCIO

Revisitar um texto que está festejando quatro décadas de existência necessariamente constitui uma experiência repleta de emoções para aqueles que o redigiram. As tramas de duas vidas e a longa amizade que até hoje une os autores afloram como fatores de valorização íntima do que foi escrito. Naquela época, José Carlos já era um reputado docente da Universidade de São Paulo, e eu, seu jovem orientando de doutorado. Nossos produtivos diálogos, impregnados de tensões acadêmicas e sociais, mostraram-se valiosos para a produção de uma interpretação renovada da Revolta da Vacina. As vicissitudes existenciais e nossas trajetórias profissionais eram entretecidas por um momento da história nacional repleto de contradições, pois, afinal, saíamos de um período ditatorial e saboreávamos um novo tempo político e social, pautado pela reabertura política e pelo revigoramento do espírito coletivo.

Foi nesse ambiente que a categoria “povo” – termo fugidio e carente de uma conceituação própria, mas referente a uma realidade menosprezada pelos enfoques elitistas de então – reclamava novos aportes valorativos. Nossa análise buscou sobretudo isto: quem era o “povo” carioca, como ele estava sendo caracterizado até então pelas referências históricas que se debruçaram sobre os eventos de 1904 e, sobretudo, qual era a capacidade popular para tramar caminhos próprios frente às imposições do Estado.

Também não nos esquecemos das teorias médicas sobre a varíola e sobre o processo vacínico, ousando um enfoque multifatorial nos quadros da historiografia médica do início da década de 1990. Se destacamos a doença e o método imunizatório, sabíamos que tais elementos não podiam ser avaliados sem o contexto social em que ocorriam, o que implicou abordagem dos debates científicos e dos inflamados discursos políticos. Acrescente-se, obviamente, como a população distante do poder reagiu a tudo o que estava acontecendo.

Nossa abordagem surtiu efeito. No plano historiográfico, este texto foi redigido em 1984, com o objetivo de ser apresentado no ano

seguinte, no Museu Histórico Rodrigues Alves, e foi publicado em 1990, pelo Centro de Estudos de Demografia Histórica da USP. Apesar de contar com uma distribuição limitada, ele ainda aparece como referência em diversas pesquisas sobre o tema, comprovando que nossa contribuição para a historiografia da saúde foi eficaz. No plano pessoal, após uma pesquisa sobre a epidemia de influenza de 1918, em São Paulo, e no meio caminho de um estudo sobre a tuberculose na primeira metade do século XX, o texto sobre a Revolta da Vacina revelou-se como peça confirmadora de minha trajetória acadêmica, dedicada quase que toda ela ao estudo da história social da medicina, da enfermidade e dos enfermos.

Transpostos 40 anos desde sua produção, à qual se sucederam cerca de uma centena de novos textos publicados por mim, posso confidenciar que este livrinho é um dos que mais me agradam. E isso não se deve somente pela aceitação acadêmica que obtive, mas também por ter fortalecido ainda mais minha amizade e o meu respeito profissional ao querido professor José Carlos.

Por fim, agradeço o apoio da Universidade de Taubaté, instituição em que atuei por um semestre, em 1980, e a qual deixei para ir completar meus estudos sobre a doença e os doentes em uma universidade norte-americana. Ainda mais, a edição original deste texto foi dedicada a dois médicos e amigos e, agora, gostaria de redimir-me de uma injustiça perpetrada por mim naquele tempo, acrescentando entre os homenageados mais uma pessoa que foi fundamental para a elaboração deste texto e de muitos outros que assinei: a professora Ana Maria Luzio, companheira de toda a minha vida.

**Claudio Bertolli Filho**

Historiador e cientista social

Livre-docente aposentado na Universidade  
Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Bauru

Este trabalho é dedicado a dois  
Médicos, amigos e intelectuais:

Dr. Emílio Antonio Francischetti  
e Dr. Mário Sposati.

'SE NAO VACINAR MORRO!' 'SE VACINAR MATO!'

# INTRODUÇÃO

É moeda corrente que a História da Saúde Pública no Brasil está para ser feita, contudo, poucos esforços têm existido nesta direção. Afora honrosas exceções, o que se vê são, quase sempre, análises vagas de ângulos curiosos da História da Medicina, das instituições médicas e serviços públicos, dos fragmentados discursos sanitaristas ou da "ignorância" médica popular.

Na maioria das vezes os temas recortados pelos historiadores da saúde tratam de aspectos isolados da medicina, como se o pólo científico fosse completamente independente do social. Esta alternativa tende a garantir um certo preconceito que coloca em campos opostos a ciência e a sua aceitação coletiva. Em geral o que se evidencia é a polarização de segmentos, sem que se note as graduações e os apoios que servem de base para os argumentos das massas.

Como entre nós os estudos de Saúde Pública padecem de descontinuidade, a insistência nos casos mais notórios de rebeldia popular promove à condição de regra situações específicas. Isto reforça o pressuposto de que de um lado se estabelecem os "senhores cultos" apoiados pelo "Estado saneador" e de outro a "massa ignorante" guiada pelos "rebeldes". Pela ótica usual em nossa historiografia, em face do tratamento médico, quando confrontadas as partes resta a constatação de que não há relacionamento possível vinculando pensamento sanitário e vontade popular. Este "antagonismo" convida a evidenciar a rejeição automática que opõe o raciocínio científico e a prática médica coletiva. Nestes casos questões da Saúde Pública, particularmente em circunstâncias pestilentas, seriam resolvidas pela polícia e, a bem da população, o uso da força promovido pelos organismos atentos à normatização do segmento popular seriam respeitáveis, constitucionais ou não.



Poucas são as pesquisas que contemplam a análise continuada da organização do pensamento médico, da evolução da ética sanitária, do vínculo entre a transformação científica e sua contextualização social. Igualmente frágil é a lista dos trabalhos históricos relativos aos institutos responsáveis pela Saúde Pública em face da vinculação com o meio social ou da coerência entre a aceitação popular e o tratamento verticalizado.

Exaurindo-se em explicações esporádicas sobre os desencontros estruturais havidos entre a opinião pública e as posturas da medicina ministrada pelos poderes estabelecidos, alguns trabalhos sobre a saúde no Brasil perdem-se pelo descontínuo do "fato". Isto expõe as tendências simplificadoras constantes na historiografia da saúde no Brasil, à qual, sobretudo, tem faltado reflexão "histórica". Também reclama-se das preconceituosas visões de povo, alicerçadas quase que invariavelmente na contradição entre o saber popular e o saber científico.

Historiograficamente há duas linhas principais que cuidam de analisar temas afins à História da Saúde no Brasil. De um lado existem as "Histórias Gerais" e de outro os "Estudos de Casos". Em uma ponta, as vagas visões generalizadoras e em outro extremo, a especificidade que acaba reduzindo à percepção do problema político amplas e complexas questões ligadas à sensibilidade popular e no direito do Estado.

Nas situações de "estudos genéricos" rende-se tributo inquestionável ao princípio da "evolução", comprometido com a "ideologia do progresso" e da "civilização". Esta linha temática disvincula o pensamento médico libertando-o de seu contexto social, apelando para ligeireza como anuladora das contradições e para o arrolamento de "fatos notáveis" como sinônimo da independência entre pensamento, ação médica e aceitação social.

Os "estudos de casos" quase sempre ressaltam a inevitabilidade do conflito social. Aceitando o isolamento de algumas situações, fica então implícita a circunstancialidade do fenômeno e as suas superações. Esquecendo-se que na maioria das vezes os estudos da saúde devem tratar de situações recorrentes e que deitam raízes em longínquos tempos, os recortes temáticos só ganham sentido explicativos se, depois de isolados do passado forem mesclados com outras crises que também são consideradas episódicas.

Parece ser bom ponto de partida o princípio que privilegia os estudos da saúde pública implicando-a na reflexão histórica dos cuidados médicos coletivos e na análise das relações existentes entre os órgão de representação geral e a institucionalização progressiva dos tratamentos sanitaristas. Acredita-se que sem a perspectiva diacrônica da relação de poder e das respostas sociais, colocadas na perspectiva da "longa duração", seria impossível entender o significado de alguns fenômenos que vistos estruturalmente expõem o divórcio entre o discurso especializado, a vontade do "governo" e a aceitação geral das normas de tratamento médico.

Não se situando como uma espécie historiográfica, nem se alargando nos cômodos preparos que apelam indefinidamente para a "pluri", "multi" ou "trans" disciplinaridade, a História da Saúde Pública se coloca como uma variação ou ramo da História Social, espaço útil para se refletir sobre a continuidade e/ou ruptura das relações entre o poder, as atitudes médicas vinculadas à população em geral e as implicações íntimas, constantes na prática da ética política. Trata-se de uma história da circulação da vontade governante manifestada nos cuidados médicos e nas aceitações populares.

Desde que não se esgote em si ou que seja considerado fora de suas relações médicas estudo de casos pontuais- como a questão da Vacinação Anti-Variólica no Rio de Janeiro, na nascente da República, pode servir de caminho para o estabelecimento de supostos que desencadearam uma rede de experiências similares e repetidas, previamente existentes ao longo de nossa vida social. No caso específico da "Campanha contra a Variola", procura-se tecer a análise da questão da vacina com os fios de acontecimentos ligados à saúde desde a colônia, com a institucionalização do serviço médico e com a organização de uma oposição política que se fez apoiada na contestação das atitudes do governo brasileiro.

Uma das mais evidentes lacunas notadas no estudo da "Revolta da Vacina" refere-se à completa falta de informações sobre as características da doença em nosso contexto sócio-histórico. A ênfase, às vezes obsessiva, na análise do momento mais visível de sua crise, em 1904, tem gerado clichês redutores que evocam percepções surpresas ou exageradas que deixam passar a idéia de que há algo determinadamente circunstancial ou espontâneo no fenômeno que assolou a capital da então jovem República.

No espaço deste ensaio, buscou-se definir as relações de continuidade da varíola no Brasil, considerando sua persistência, seus compromettimentos sondáveis desde os tempos coloniais. A não aceitação popular e de parcela importante da elite culta carioca do começo deste século fez com que culminasse uma oposição que existia tendencialmente separando uma estrutura de poder do povo, atormentado por surtos evolutivos da peste e por atitudes sanitaristas emergenciais e impostas.

Combinadas as indignações populares com as dos positivistas, constituiu-se um poder de oposição que implicou na manifestação responsável pela obrigatoriedade da vacina vir ser considerada um "caso de polícia". Não se trata de um ponto episódico de desencontro entre a vontade popular - aliada a uma parcela importante de nossa intelectualidade - e a posição do governo que se opunha diametralmente a uma manifestação "rebelde". Esta revolta significou, entre muitas outras coisas, o ápice de uma luta travada historicamente e que como tal tinha alicerces na memória de outros tratamentos epidêmicos da mesma doença.

Os argumentos em voga na ciência do tempo foram considerados como elementos dos debates, mas eles não se explicariam no Brasil, fora da prática de contestação estabelecida pelos tratamentos verticalizados na área de saúde. Assim, buscou-se considerar o problema "histórico", tanto da vacinação como do tratamento médico, emanados dos órgãos dirigentes agora vestidos na solução republicana com a sua aceitação pública. Ainda que privilegiando o instante da agudização da velha crise entre Estado x povo, pretende-se mostrar a idade avançada destes desencontros e o porquê de sua eclosão num espaço urbano (Rio de Janeiro) no momento da redefinição dos grupos de poder (a Primeira República).

O intuito diretor deste estudo não é apenas a análise da expressão política do povo mas também a constatação da existência de argumentos "médicos" que justificavam a polarização das oposições populares.

Este trabalho foi escrito em 1985 e apresentado no Museu Histórico Rodrigues Alves, em Guaratinguetá, S. Paulo. Naquela ocasião alguns textos importantes sobre a República ainda não estavam publicados. Optamos por manter o estudo conforme foi proposto, como testemunho de uma época de nossas trajetórias.

# I-RESISTÊNCIA POPULAR À VACINAÇÃO

A varíola é tida como uma das principais moléstias que juntamente com a peste bubônica, desintéria, tifo, sífilis e influenza, tem assinalado o passado humano e composto os dramas da vida de todas as sociedades. O Brasil logicamente não tem escapado destas pragas e nossa História abriga uma longa série de situações sociais marcadas por surtos crônicos ou epidêmicos destes males.

Tão velha quanto a humanidade, é possível que os primeiros surtos variólicos tenham ocorrido na Antiguidade asiática e africana. Há registros que atestam a presença da varíola na Europa, espalhando-se na Idade Média entre os sarracenos, chegando a se constituir numa das enfermidades que compuseram as vagas epidêmicas ocorridas no século XIV. Por este tempo a varíola era também nomeada vulgarmente como "peste negra" por ser uma das muitas epidemias que grassaram neste pedaço da História. Não se sabe, contudo, se foram os europeus ou os africanos que introduziram o vírus variólico na América e não é raro o julgamento que a transmissão do mal tenha ocorrido tanto por colonizadores quanto pelos escravos africanos(1)<sup>1</sup>.

A varíola major é conhecida no Brasil como "bexiga", e por "varicela" ou "alastim" a varíola minor. A doença se espalhou por todo nosso território, sendo os primeiros surtos registrados em 1563 na Bahia e em 1621 no Maranhão. Entre a população indígena do Brasil, a varíola tem se constituído, através dos tempos, em um dos principais causadores do extermínio das populações.

---

1(1) ANGULO, Juan J. - "Varíola" in: VERONESI, Ricardo-Doenças Infecciosas e Parasitárias. 7a Ed., Rio de Janeiro, Guanabara - Koogan, 1982, p.49.

Apresentando-se tanto sob forma endêmica como epidêmica, a varíola foi, sem dúvida, a mais importante das enfermidades do Brasil colonial. As medidas oficiais tomadas quando se manifestava uma epidemia, constituíam-se basicamente no isolamento dos enfermos fora dos sítios urbanos e longe dos caminhos de tráfego. A confinção refletia, entre outras fragilidades do atendimento sanitário, a incapacidade de controle da doença. Esta prática, aliás, não era comum só no Brasil.

O mais sério ponto de inflexão das medidas preventivas contra os surtos de varíola no mundo ocidental ocorreu nos últimos anos do século XVIII. Por este tempo, o médico Edward Jenner, na Inglaterra, depois de obras dedicadas à pesquisa, observando a conhecida imunidade dos pastores de Gloucestershire, ministrou em 1796 a primeira dose anti-variolica. Dado o sucesso do experimento, em 1798 tomou pública sua solução imunizadora, apresentando minuciosa descrição dos resultados perante a Real Academia de Ciência de Londres(2)<sup>2</sup>.

Sabe-se que em 1799 a vacinação era praticada em Portugal e que neste mesmo ano foram enviadas instruções a todas as colônias ultramarinas, indicando a necessidade da vacinação, estendida aos diversos segmentos populares. Desta forma, a prática da vacina pretendia colocar em questão outras medidas preventivistas comuns no tempo. Buscava-se combater este “uso” pela substituição gradativa de hábitos “científicos”. Assim, por exemplo, procurava-se declinar o costume que incluía como preventivista da peste o passeio pelas cidades e vilas de alguns animais do campo. Neste caso acreditava-se, segundo a crença tradicional, que haveria uma ligação entre a exposição das pústulas destes animais e a imunização. Não menos comum era uma outra prática que consistia em fazer pessoas sadias vestirem-se com roupas de doentes infectados por varíola(3)<sup>3</sup>.

---

2 (2) CARTWRIGHT, Frederick F. - Disease and history. New York, Thomas Y. Crowell Co. , 1972, p.127.

3(3) Documentos Interessantes. Vol. 28, p. 54-55.

No Rio de Janeiro a presença endêmica da varíola se deu desde o começo do século XVII, apresentando periodicamente ondas de grandes epidemias. O aparecimento destes surtos tornou-se um tormento que rondava constantemente a cidade colonial. Cuidados foram promovidos pela metrópole, que também padecia das mesmas ameaças. Tem-se notícias que no mesmo ano em que Jenner publicou os seus resultados, o cirurgião-mor do 1º Regimento de Infantaria da Milícia da Cidade, Francisco Mendes Ribeiro de Vasconcellos, inoculava boa parte dos seus soldados. Há inclusive indícios de que esse esforço preventivo se estendia até mesmo a alguns elementos das camadas populares.

Esta prática provavelmente não se dava pela vacina jenneriana mas sim através da “variolização”, isto é, a promoção do contágio reativo, com a ajuda de uma lanceta, do pus das escrófulas de indivíduos previamente infectados. Tal operação fora corriqueira na Europa mas havia caído rapidamente em desuso com o surgimento da vacina de Jenner(4)<sup>4</sup>.

Oficialmente a primeira medida efetiva tomada no Brasil pelo governo português foi datada de 1804, quando chegou ao Rio de Janeiro, no mês de outubro, o cirurgião militar que provinha da Bahia vacinando indígenas e negros durante seu trajeto e conservando uma fonte do pus para a continuidade desta prática.

---

4(4) ARAUJO, Carlos da Silva - Fatos e Personagens da História da Medicina e da Farmácia no Brasil, Rio de Janeiro, Revista Continente, 1979, vol. 1, p.152.

Naquele ano, como a cidade se via às voltas com mais um surto de “bexiga”, foi relativamente grande a afluência dos que estavam dispostos a se deixar vacinar. O Vice-Rei ordenou que a vacinação ocorresse na Casa da Câmara e nomeou para dirigir estes trabalhos o coronel Manoel dos Santos de Carvalho, encarregado da polícia da cidade que, juntamente com o aparato policial, colocou ao dispor mais dois cirurgiões-ajudantes para vacinar a população. Afim de. Reforçar tarefas policiais e estabelecer um controle burocrático, foi convocado para a equipe um oficial inferior para proceder à escrituração(5)<sup>5</sup>.

Apesar destas medidas, passado o perigo eminente da epidemia, os trabalhos de “variolização” foram suspensos. Somente em 1811 o governo tomou medidas para se regularizar o incremento da prática deste recurso profilático, determinando a criação de um órgão permanente denominado “Junta da Instituição Vacínica” que deveria ser dirigida pelo Intendente Geral da Polícia da Corte e pelo Físico-Mor do Reino. Estas medidas representavam tendências que se extremariam ao longo do tempo. De um lado o governo se assumia como responsável pela Saúde Pública e por administrar cuidados médicos para a população; na outra ponta do processo, o povo era posicionado como agente passivo, elemento sobre o qual os cuidados médicos seriam aplicados sem qualquer anuência.

A criação da “Junta” não surtiu o efeito esperado. A população negava-se a comparecer às sessões de vacinação, tanto por preferir as medidas tradicionais de imunização, como por ser conhecido que ocorria, com frequência, acidentes no processo de vacinação. A constatação de alguns óbitos e o fato de existirem indivíduos vacinados que contraíram varíola maligna motivava os populares a se negarem à nova prática imunizadora.

---

5(5) BARBOSA, Dr. Plácido e REZENDE, Dr. Cássio Barbosa - Os serviços de saúde pública no Brasil e especialmente na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1909, vol.1, p.414.



A recusa da população em se deixar vacinar refletia tanto a desorganização dos serviços médicos quanto os poucos recursos de que dispunha a Junta. Isto, contudo, não basta para explicar a negatividade da massa em admitir a vacina, como alegam alguns estudiosos(6)<sup>6</sup>.

Do fracasso dos serviços de vacinação originava-se um discurso médico visando persuadir a população a se cuidar. Um exemplo expressivo foi dado pelo médico Justiniano de Mello Franco que, em trabalho datado de 1816, manifestava-se sobre as vantagens da população vacinada contra a varíola. Alegava o Dr. Mello Franco, repetidas vezes, a inexistência de perigos no ato da vacinação, atribuindo os óbitos ocorridos a pessoas previamente contaminadas ou por varíola ou por outras doenças(7)<sup>7</sup>.

As primeiras medidas coercitivas referentes à vacinação anti-variolica datam de 1831, quando a direção dos trabalhos de vacinação deixava de ser de responsabilidade do Ministério do Império, passando a ser de tarefa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. No ano seguinte, a Câmara fez publicar um conjunto de posturas relativas à Saúde Pública carioca, estabelecendo pela primeira vez um vínculo com a Sociedade Nacional de Medicina (futura Academia Nacional de Medicina).

No Artigo 1º do Título da Seção Segunda do Código de Postura ficava estabelecido, pela primeira vez, a obrigatoriedade da imunização infantil. Ditava a norma que toda criança deveria ser vacinada entre três meses e um ano de idade e, se isto não ocorresse, os responsáveis seriam multados em 6\$000(8)<sup>8</sup>.

---

6(6) AZEREDO, Paulo Roberto - “Classe social e saúde na cidade do Rio de Janeiro: primeira metade do século XIX” Revista do Museu Paulista N.S. 26, p. 159, São Paulo, 1978.

7(7) FRANCO, Dr. Justiniano de Melo - “Conto dos trabalhos Vaccinicos lido na sessão pública da Academia Real de Sciencias de Lisboa em 24 de julho de 1816”. Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa, tomo V, p. XXIX-XLII.

8(8) BARBOSA e REZENDE, op. cit., p.416.

Mais tarde, em 1844, novamente a Câmara reafirmava a Postura de 1831, evidenciando a não aceitação popular do primeiro ato. Além da obrigatoriedade da vacinação das crianças, a nova disposição prescrevia que, passados oito dias do ato imunizador, o menor deveria ser reconduzido ao “Instituto Vacínico” para ser comprovada a existência da pústula vacinal que confirmaria ou não se a inoculação surtiu o efeito esperado. As multas também haviam sido elevadas, passando a ser de 13\$000 para as abstenções que não se reapresentavam passados os oito dias de inoculação(9)<sup>9</sup>.

Mesmo ganhando “caráter obrigatório”, a maior parte da população carioca continuava a não se deixar vacinar, permitindo assim o ressurgimento de epidemias variolosas. A par disto, aos 19 de agosto de 1846 foi assinado um decreto imperial que criava o “Instituto Vacínico Central” cujo objetivo era o estudo, a prática, o melhoramento e a propagação da vacina, não só na Corte e no Rio de Janeiro, mas também em todo o território imperial.

O longo decreto que deu origem ao “Instituto” deixa perceber que um novo vigor havia sido imprimido ao organismo vacinador. Foi ampliado o número do pessoal que deveria trabalhar na vacinação no Rio de Janeiro e em toda extensão do Império, além de ter sido mais uma vez reafirmada, por lei, a obrigatoriedade da vacinação. Este Ato instaurava também a obrigatoriedade da revacinação, uma vez que foi provado que a imunização por cow-pox, diferentemente do que pensava Jenner, não surtia efeito “por toda vida”, mas sim por um período médio de dez anos. O mesmo decreto impunha também a obrigatoriedade de todo militar ser vacinado(10)<sup>10</sup>.

---

9(9) Idem, p. 416.

10(10) Idem, p.4117-423.

Em 1851, na tentativa de integração dos serviços de saúde do Rio de Janeiro, criou-se a “Junta Central de Higiene Pública”, à qual se incorporou também a “Inspeção de Saúde do Porto” e o próprio “Instituto Vacínico”. Esta política menos ajudou a campanha de vacinação do que exauriu os escassos recursos do “Instituto Vacínico”, drenando-lhe novamente os fundos. Evidentemente, outra divisão do orçamento, com prejuízo do “Instituto”, haveria de agravar-lhe a situação pois os organismos complementares nunca chegaram a ser harmoniosamente integrados.

Tudo desestimulava o povo a se vacinar. O Instituto abria suas portas apenas às quintas e domingos, das 11 às 14 horas. O Dr. Leite de Araújo, clínico carioca, informava que muitas vezes, às 9 horas da manhã, já se aglomerava grande número de pessoas no pátio do “Instituto” e que devido ao desconforto e à demora para se iniciar os serviços, muitos abandonavam o recinto sem terem sido inoculados(11)<sup>11</sup>.

Em 1873, com a aposentadoria do Dr. João Francisco de Sousa, Inspetor Geral do “Instituto Vacínico”, foi nomeado para substituí-lo o Barão de Lavradio, que adotou uma série de medidas para melhorar as atividades · do órgão. Além de importar nova linfa vacínica dos institutos de Londres e Nápoles, pediu a colaboração da Academia Nacional de Medicina para a elaboração de outras medidas coercitivas que concretizassem a obrigatoriedade da vacina. Com isto, as tendências de absolutização do tratamento médico da População ganhavam maior força. Prova da continuidade desta postura médico-administrativa, em julho 1875 era apresentado um projeto de lei aprovado em parte pelo governo que dispunha sobre um elenco de medidas indiretas que visavam abrigar gradativamente grupos maiores a serem protegidos pela vacinação.

---

11(11) Idem, p.426.

Segundo a coerência administrativa do governo, propôs-se a obrigatoriedade da vacinação a todos e impôs-se a regra como requisito primordial para a admissão em qualquer emprego público, provincial ou municipal. O mesmo se deu para o ingresso em qualquer instituição de ensino secundário e superior, particular ou público. Isto não era tudo pois ampliava-se o raio de ação sobre as famílias: o projeto impunha a vacinação de toda criança entre quatro meses e um ano de idade e a devinda revacinação entre doze e quinze anos.

Corno era de se esperar em época de varíola epidêmica, geral ou parcialmente, o governo ordenava que se procedesse à vacinação de todos os estabelecimentos sob sua tutela, inclusive prisões e hospitais. Em continuidade, o Estado deveria fornecer doses para toda a população(12)<sup>12</sup>.

Em 1880, o próprio Barão de Lavradio apontava como fonte do insucesso do organismo que dirigia o pouco interesse do governo imperial em concretizar as normas que, mesmo votadas e aceitas, nunca foram colocadas efetivamente à disposição do órgão para que fossem de fato efetuadas as práticas de saneamento propostas. O que o Barão reclamava era da ambiguidade da atitude do governo que propunha uma regra e não dava condições para viabilizá-la.

No ano de 1886 o “Instituto” foi extinto pelo governo, que assentava sua decisão não só no pouco número de vacinações realizadas por aquele órgão como também por ser notório que as pessoas vacinadas não estavam imunes à varíola, fato que sobretudo atestava a péssima qualidade da linfa vacínica.

Desde 1873 foi tentada a cultura de cow-pox para solucionar a questão, mas, mesmo assim, o processo foi lento e interrompido por falta de apoio oficial. Em 1888 montou-se na Corte um novo órgão encarregado da produção e aplicação de vacinas anti-variólicas, o “Instituto Vacinogênico”, que estava em fase de instalação quando se deu, advento do regime instalado em 1889.

---

12(12) Idem p. 427.

A proclamação da República trouxe novas energias para o processo de estabelecimento de uma política médico-pública. Houve, por exemplo, um novo incentivo à Polícia Sanitária que, em relação à vacinação, aos 18 de dezembro de 1889 impôs um decreto que estabelecia, uma vez mais, a obrigatoriedade da inoculação anti-variólica a toda criança nos primeiros 6 meses de vida. Esta medida se enquadrava como “Proteção à Infância”, contudo, a vacinação para os demais segmentos tornava-se optativa e seria aplicada de dez em dez anos(13)<sup>13</sup>.

Em 1894 um novo decreto autorizava o prefeito municipal a aceitar a proposta do doutor Pedro Affonso Franco a construir, com seus próprios recursos, um prédio para o “Instituto Vacínico Municipal”, onde se cultivaria tanto a vacina animal como a coleta de vacina humanizada, isto é, pus vacínico.

Ambos os tipos de vacina foram postos à disposição da população. O público poderia receber gratuitamente a vacinação, diariamente, no horário das 10 às 12 horas, na sede do Instituto, inaugurado em 1894, na rua Catete, 197. Dirigido pelo próprio doutor Pedro Affonso, o órgão recebia subvenção do Estado, inicialmente por um período de dez anos, tendo em 31 de maio de 1904 o contrato prorrogado por mais uma década. Este acordo trazia mais uma nova cláusula expressa, segundo a qual a vacinação poderia ser aplicada domiciliarmente. Isto exigiu, portanto, que se aumentasse o período de serviço diário do “Instituto”. Esta cláusula significava um avanço na atitude do Estado. Sendo que o trabalho dos vacinadores deixava de se restringir ao espaço circunscrito dos órgãos, e em vez de um só local, estendia o alcance da vacinação para todos os lares. A inversão da ordem espacial indica que, teoricamente na troca da ida do cidadão ao posto médico, o Estado o abrangeria de maneira mais eficiente, submetendo-o, indo diretamente a sua casa.

---

13(13) Idem, p.433

Em 1904, contudo, o pessoal empregado no Instituto era reduzido, o que deixa entrever a contradição entre a sagacidade da lei e a precariedade das atividades do órgão. Existiam apenas o diretor, vice-diretor, três comissários vacinadores e quatro estudantes auxiliares. Com este pessoal, como praticar a lei? Como cobrir o espaço urbano do Rio de Janeiro sem pessoal e com a precariedade de transporte daqueles dias?

Em linhas gerais, estas foram as etapas da evolução institucional da vacinação anti-variólica no Rio de Janeiro até 1903, quando assume a Diretoria de Saúde Pública o cientista Oswaldo Cruz. A reticência popular em face da adesão à vacina, juntamente com os efeitos prolongados da desorganização dos serviços sanitários, resultaram em uma alta incidência de óbito de variolosos.

Quanto ao aspecto histórico-quantitativo é difícil precisar números, pois só existem dados sobre a mortalidade variólica a partir de 1859. O longo período de tempo, que cobre toda a primeira metade do século XIX, permanece sem informações disponíveis. Sabe-se que até a reorganização dos serviços de estatísticas sanitárias, ocorrido em 1903, os dados revelados certamente são constituídos por sub-registros(14)<sup>14</sup>.

Várias razões levaram os serviços de saúde a um levantamento tardio dos óbitos de variolosos - tardio tanto em relação a outras enfermidades infectocontagiosas como também pela gravidade da varíola, que era uma enfermidade responsável por índices relativamente grandes de mortes. Se comparada com outras moléstias características do perfil patológico carioca, a febre amarela e a tuberculose apresentavam-se como os problemas quantitativamente ainda mais agudos. Alia-se a este fato o pouco destaque dado à erradicação e à vigilância sanitária em relação à varíola no mundo europeu e norte-americano.

---

14(14) CARVALHO, Bulhões - Nomenclatura das Moléstias. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905, p. III.

A varíola, apesar de ter se expandido universalmente, só foi considerada um problema internacional em 1926. Antes desta data foi inclusive vetada, por várias vezes, a tentativa de se criar um tratamento internacional deste mal, tentativa esta liderada principalmente pelo Japão desde 1851(15)<sup>15</sup>. Desta forma, a vigilância epidemiológica brasileira e especialmente carioca deu pouco destaque ao combate à varíola e ao levantamento quantitativo dos dados sobre as “bexigas”.

As informações disponíveis, coletadas pelo médico Saturnino Cardozo mostram que, de 1859 a 1902, houve a ocorrência de não menos que 27.884 óbitos de variolosos, não havendo nenhum ano em que o mal não causasse casos fatais(16)<sup>16</sup>.

Quanto às epidemias, pode-se afirmar que elas grassavam ciclicamente no Rio de Janeiro. A mortalidade variólica tomava-se mais aguda em espaços aproximados de 4 anos. Isto se dava basicamente pelo favorecimento das condições necessárias para a ocorrência de uma epidemia de varíola. A existência de uma parcela significativa da população que esteja indefesa ao mal era grande e apresentava circunstâncias de risco, quer por não ter sido vacinada, por não ter adquirido imunidade natural ou até mesmo por não ter contraído a varíola em epidemias precedentes.

Desta forma, a introdução de novos contingentes de imigrantes no Rio de Janeiro também representava a adoção de riscos. Riscos aliás exponenciados graças ao crescimento vegetativo da população. As principais epidemias que ocorreram na segunda metade do século XIX foram as seguintes: 1873, 1878, 1883, 1891, 1895 e 1899, enquanto que no século XX foram as de 1904 e 1908(17)<sup>17</sup>.

---

15(15) HOWARD-JONES, Norman - The Scientific Background of the International Sanitary Conferences. Geneva, WHO, 1975, p.12 e 97-8.

16(16) CARDOZO, Dr. Saturnino Nicolao - Saneamento da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, typ. LEUZINGER, 1905, vol. 1, p.6 8.

17(17) TORRES, Dr. Theófilo - La Campagne Sanitaire au Brésil. Paris, Societé Générale d'Impression, 1913, p.65. Ver ainda as diversas constatações de epidemias variólicas nas décadas anteriores a 1860 in Rego, Dr. José Pereira (Barão do Lavradio). Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1872.

Frente às epidemias, e até certo ponto explicando-as, observa-se um lento processo de vacinação da população carioca correndo paralelamente a um rápido incremento populacional do Rio de Janeiro. Neste sentido, acredita-se significativa a análise dos dados demográficos aliados aos números de vacinados.

**TABELA I**  
**VACINAÇÃO ANTI-VARIÓLICA NO RIO DE JANEIRO**

ANO	POPULAÇÃO DO RJ	PESSOAS VACINADAS	VAC./1.000 HAB.
<b>1850</b>	166.419	2.669 16,0	16,0
<b>1860</b>	197.762	3.665 18,5	18,5
<b>*1873</b>	280.467	6.639 23,7	23,7
<b>1880</b>	359.549	1. 937 5,4	5,4
<b>*1883</b>	400.917	7.110 17,7	17,7
<b>1888</b>	483.552	2.222 4,6	4,6
<b>*1895</b>	598.600	7.950 13,3	13,9
<b>*1899</b>	668.646	28.524 42,7	113,7
<b>1900</b>	687.699	9.371 13,9	
<b>*1904</b>	771.276	87.711 113,7	

\* Anos epidêmicos

Fonte: BARBOZA E REZENDE, op. cit., p. 444-116 e 502-504

Os dados mostrados na Tabela I indicam a evolução populacional e o número de vacinações realizadas no Rio de Janeiro nos anos em que ocorreram surtos epidêmicos de varíola e naqueles em que a peste permaneceu apenas em estado endêmico. Comparando a taxa de imunização vacinal por 1.000 habitantes nos períodos epidêmicos e não epidêmicos, percebe-se que as atividades oficiais de vacinação aumentavam diretamente determinadas pela presença de epidemias. Por outro lado, durante a não ocorrência de surtos de varíola, os serviços de vacinação se apresentavam com pequena atividade. Desta forma fica evidente que a presença epidêmica constitui-se em fator instigante que levava a população a se vacinar e, ao mesmo tempo, tornava os serviços oficiais de inoculação anti-variólica mais ativos.



Em períodos não epidêmicos a população voltava aos postos, recalcitrante em se prevenir. Na mesma medida o serviço vacínico diminuía consideravelmente suas atividades por não poder criar condições que favorecessem a vacinação em massa. Nesta linha, uma última questão refere-se à população pobre, mais vitimada pelas sucessivas epidemias de “bexigas”, já que qualquer que fosse a doença se distribuía desigualmente entre os diversos segmentos que integram a sociedade.

Cronicamente os desfavorecidos economicamente constituíam a grande base numérica dos infectados. Esta presença é histórica e foi notada sempre. O médico J.M.C. Jobim, por exemplo, constatava, em 1841, que a varíola era uma doença que atacava principalmente as camadas mais pobres da população e explica esta evidência por ser a vacinação realizada quase que exclusivamente no centro da cidade do Rio de Janeiro, área praticamente inacessível à maior parte da população suburbana. A mesma característica se repetia em 1904 e outra razão plenamente comprovada então indicava que, mesmo vacinados, os grupos carentes apresentavam condições físico-biológicas mais críticas e, nestes casos, frequentemente a vacinação ou qualquer outra medicação apresentava resultados nulos(18)<sup>18</sup>.

Assim, após o exame das formas de vigilâncias epidemiológicas, pode-se perceber que a chamada “resistência popular à vacinação” é um fenômeno antigo na sociedade brasileira. Por todos os motivos convém pensar que há uma “história da rejeição popular à vacinação”. Mesmo frente ao caso específico de revolta contra a varíola é de se respeitar as negações anteriores a 1904. Neste sentido, admita-se que os acontecimentos da “Revolta” não significaram um “fenômeno isolado”.

---

18(18) APUD, Azeredo, *op. cit.*, p. 158.

## II- A VARÍOLA: CASO DE POLÍCIA

A negação popular à vacina anti-variólica deita raízes em 1815, quando foram constatados casos de pessoas que, inoculadas, logo a seguir contraíram a doença(19)<sup>19</sup>. Face a estas constatações é prudente considerar que a reação contra as formas de vacinação têm um curso próprio, uma história com seus ritmos e critérios. Certamente, não foi só a recusa da população em se deixar vacinar o fato determinante do baixo índice de vacinação na Corte, desde o início do século anterior.

Em 1863, o médico Soeiro Guarany apresentou um memorando à “Academia Nacional de Medicina” no qual foram estabelecidos 3 pontos explicativos, responsáveis pelo relativo fracasso dos trabalhos vacínicos.

A primeira causa apontada na “pouca ilustração da porção mais baixa da nossa sociedade”, permite constatar a existência do que chamou uma “superstição exagerada”, que se apoiava na existência de fortes “boatos negativos” sobre a vacina e o ato de vacinar. O segundo item indicado pelo médico carioca refletia a contradição do mundo científico de então, sendo apontada a incredulidade de setores das camadas mais cultas, que, como o povo, não aceitaram o caráter positivo da vacina anti-variólica. Por último, o mesmo médico indicava a péssima qualidade da linfa vacinal, utilizada em períodos anteriores ou posteriores à etapa em que o pus vacínico deveria ser realmente utilizado, isto é, entre o 4º e 7º dia após a inoculação(20)<sup>20</sup>.

---

19(19) MOREIRA, Dr. Nicolao Joaquim - “Eficácia da Vaccina: resposta a seus detractores: la parte” - Gazeta Médica do Rio de Janeiro (10), p. 115, 15 de outubro de 1862.

20(20) GUARANY, Dr. Soeiro - “Da vacinação e revaccinação no Brasil: lo ponto”- Gazeta Médica do Rio de Janeiro (9), p.274-5, 10 de dezembro de 1863.

Desta forma, os principais artigos médicos que discutiam a vacinação e a vacina jenneriana tinham como elementos comuns a tentativa da negação dos pretensos perigos vacínicos, paralelamente à contrução de um argumento científico que pretendia induzir a população a se inocular, influenciando na legislação sanitária, reclamando leis mais rígidas que coagissem todos os segmentos a se submeterem à medicalização vacínica.

Nesta direção reafirmava-se o trabalho pioneiro do médico Justiniano de Mello Franco, apresentado à Academia Real de Ciências de Lisboa em 1816. A partir deste fundamento muitos outros textos surgiram, para contraporem-se aos novos boatos e informações de médicos que não aceitavam a positividade da vacinação. A incitação popular a não se permitir vacinar não era pois um ato infundado ou exclusivo “da porção mais baixa da nossa sociedade”. Havia também dizeres médicos que alimentavam a vontade popular, propensa historicamente a não aceitar a intervenção do Estado em assuntos relativos à obrigatoriedade dos tratamentos médicos.

Analisando-se a Gazeta Médica do Rio de Janeiro dos anos 1862 e 63 é possível constatar o movimento da argumentação científica sobre a questão variólica. Em um dos artigos, o doutor Nicolao Joaquim Moreira, por exemplo, informava que não havia nenhuma comprovação médica da corrente que condenava a vacinação jenneriana. Por outro lado, diziam os detratores que além de não promover uma imunização real contra a varíola, a vacina de Jenner predispunha o organismo a uma enorme quantidade de enfermidades, entre as quais a desinteria, tuberculose, sífilis e a febre tifóide. Aliás, em relação à febre tifóide, uma parcela expressiva de médicos acreditava estar diretamente relacionada à vacina por considerá-la uma espécie de varíola que atacaria o aparelho digestivo dos indivíduos que se deixavam inocular. Estabelecido o debate, repartiam-se as opiniões.

O doutor Moreira negava que a vacina j Jenneriana diminuía a média de vida dos vacinados, que dificilmente chegariam à idade adulta, segundo a argumentação dos opositores(21)<sup>21</sup>. Os argumentos apresentados a favor da vacina mostravam que, pelo contrário, a vacina anti-variólica não só imunizava contra as “bexigas” mas, além disto, evitava, pelo menos temporariamente, a contração de outras enfermidades entre as quais, e principalmente, a febre tifóide. Quanto à ocorrência de casos de varíolas em pessoas anteriormente vacinadas, o argumento do doutor Moreira se acentava na constatação de que se a vacina não imunizava a todos, pelo menos impedia a ocorrência da varíola major, sendo que algumas pessoas vacinadas contraíam no máximo a “variolóide”, uma espécie de varíola benigna.

Como era comum na prática médica do século XIX, a medicação inicialmente preventiva tornava-se específica contra a moléstia. Assim, a vacina j Jenneriana foi indicada por este médico como o remédio ideal para os variolosos que, se vacinados, teriam o mal amenizado, reduzida a febre, e o enfermo se recuperaria plenamente em não mais que seis dias(22)<sup>22</sup>.

Por fim, o Dr. Moreira apontava os benefícios da vacinação na Europa, onde eram evitadas nada menos de 500.000 mortes anuais, graças à prática contínua da inoculação j Jenneriana, o que levou o médico carioca a eloquentemente concluir sobre a vacina:

Debaixo de sua influência perde a varíola sua força e foge tímida e envergonhada diante da vaccina sua rival e implacável inimiga.(23)<sup>23</sup>.

---

21(21) Moreira, op. cit., cont. da la parte GMRJ 11, p.125, lo de novembro de 1862.

22(22) Idem, la parte, p. 114.

23(23) Idem, la parte, p. 114

Constavam também do elenco de artigos da Gazeta Médica vários escritos estrangeiros que eram traduzidos e publicados. Entre os textos estampados na Gazeta encontra-se um importante e longo estudo do médico inglês Robert Lee, publicado entre maio e dezembro de 1863 e que não chegou a ser reproduzido na íntegra. Este artigo tinha como objetivo se contrapor a crença popularizada no Rio de Janeiro que aliava a vacinação ao surgimento da sífilis. O fato registrado pelo Dr. Lee discutia um caso médico supostamente ocorrido em uma vila piemontesa, Rivalta, onde teriam sido vacinadas quase meia centena de pessoas que, após algumas semanas, todas elas teriam sido diagnosticadas como sifilíticas. O Dr. Lee procurava demonstrar o erro desta notícia e reconhecia o equívoco contido que fazia, desta maneira, a reputação da vacina alastrar como sinônimo de “sifilização”.

A importância dada ao trabalho do Dr. Lee pode ser constatada pelo amplo destaque da publicação em uma revista que constantemente assinalava a escassez de espaço para publicar outros artigos. O doutor Lee se preocupou em derrubar os argumentos comuns em muitas comunidades científicas que reproduziam notícias de médicos europeus que concordavam que a vacina era um meio eficaz de imunização contra a varíola, mas que, ao mesmo tempo, implicava em um perigo à Saúde Pública já que era “comprovadamente” um profícuo difusor da sífilis. Opondo-se à hipótese sustentada por muitos de seus colegas europeus, afirmava o cientista inglês que, através de contínuas experiências laboratoriais, chegou-se à conclusão segundo a qual a sífilis só poderia ser transmitida se a lanceta vacínica trouxesse o vírus secretado por um cancro duro, fato considerado impossível.

Outro artigo de importância e que recebeu destaque na Revista Médica foi um trabalho de autoria do cientista carioca Soeiro Guarany, sobre a necessidade da vacinação e revacinação no Rio de Janeiro. Dizia o médico que era francamente favorável à vacinação de toda a população brasileira, apesar de sugerir que nem sempre a linfa utilizada era de boa qualidade, ocorrendo “insulto variólico” na proporção de uma para cada cem pessoas vacinadas no Rio de Janeiro. Defensor da obrigatoriedade

da vacinação e da revacinação em massa, o médico aconselhava que se seguisse a indicação do Chefe da Polícia carioca, que mandava todos os pais levarem a família para vacinar. Informando que a varíola epidêmica parecia abater principalmente sobre a população negra carioca, este médico voltava suas atenções para o Exército que, segundo ele, era composto por um grande contingente de homens de cor.

Segundo Guarany, a vacinação obrigatória deveria se dar inicialmente no próprio Exército, não só pela pluralidade de sua formação racial, com predomínio de negros, mas também pela soma de vários outros motivos, principalmente por estar historicamente comprovado que os deslocamentos militares eram fatores de difusão das enfermidades, dado a movimentação de praças de uma região para outra. Além do mais, é de se considerar que a vacinação em massa do contingente militar haveria de servir como bom exemplo, uma prova concreta para a população civil acreditar na positividade do ato vacínico(24)<sup>24</sup>.

Paralelamente à discussão teórica, durante toda a segunda metade do século XIX a varíola continuou a grassar no Rio de Janeiro. Apesar da precariedade dos dados quantitativos é possível supor uma comparação dos índices de crescimento decenal da população do Rio de Janeiro e da evolução dos óbitos de variólicos.

---

24(24) DODSWORTH, Dr. Toledo - “Notas sobre a vacinação e a vaccina” Brazil- Médico 18(12), p. 115, 22 de março de 1904

## TABELA II

Índice de crescimento da população carioca e dos óbitos variólicos no Rio de Janeiro, por décadas: 1860-1899.

	<b>Índice de Crescimento da população</b>	<b>Índice de crescimento dos óbitos variólicos</b>
<b>1861-70</b>	100	100
<b>1871-80</b>	148	226
<b>1881-90</b>	215	227
<b>1891-1900</b>	278	287

Fonte: BARBOSA e REZENDE, op. cit., p.446-446 e CARDOZO, p.68.

Apesar da população ter quase triplicado no Rio de Janeiro nas últimas quatro décadas do último século, os óbitos por varíola acompanharam o ritmo de crescimento urbano. Houve casos inclusive em que os totais de falecimentos por varíola estiveram um pouco a frente da evolução demográfica do período. Fato diferente, contudo, foi a exceção marcada na primeira década deste século, quando os óbitos foram muitas vezes superiores ao aumento populacional.

A situação crítica a que chegou o estado sanitário carioca em contraste com os avanços da medicina, especialmente na área da bacteriologia, provocou uma séria crise na consciência médica nacional. Tendo em frente as distâncias entre o entendimento popular da ciência e a necessidade premente de prevenir e sanear, nossos sanitaristas tiveram que transformar radicalmente sua fala em relação à varíola e à vacina anti-variólica. Para os governantes e sanitaristas, não era possível continuar na mesma rotina. Algo precisava ser feito e este desafio teria que ser enfrentado de todas as maneiras, inclusive pela força.

Em face da análise do discurso médico datado do ano em que se deu a Revolta da Vacina era claramente perceptível a radical mudança dos argumentos. Convém lembrar que por aqueles dias não se pretendia mais discutir o assunto. Os propalados efeitos negativos do ato vacínico já haviam sido exaustivamente expostos e “inúteis”. Assim era clara a conclusão médica: “Só a vaccina evita a varíola- é uma verdade científica”(25)<sup>25</sup>.

Logicamente a “verdade científica” era o artifício definitivo para diluir as reservas. A palavra “científica” pairava como absoluta para aniquilar qualquer outra oposição e o “conhecimento comprovado” colocava os “inimigos” como “ignorantes”, “vulgares”, “marginais” e sobretudo “analfabetos”. Ficavam pois definidos os lados. No poder, os grupos “ilustrados” que haviam esgotado os esclarecimentos; em outra posição os “incultos”, “brancos”, “analfabetos”, que não aceitavam por bem os favores da ciência. A falta de elementos mediadores provocaria o uso da força. Deixando de lado a polêmica científica para a comunidade científica, o que se propunha agora era a exatidão do ato vacínico, criando normas que asseguravam a assepsia e a atitude homogênea dos aplicadores. Passo importante para a superação dos argumentos contrários à “ciência” foi a caracterização de outra etapa da polêmica. “Como vacinar” seria agora o tema que deveria presidir as falas. Pelo menos esta era a intenção da política sanitária.

Instruída pelas novas práticas colocadas em uso no resto do mundo “moderno”, impunha-se a redefinição do ato de vacinar que passava a ser ensinado passo a passo. Paralelamente desprezava-se a utilização da linfa animal, interrompendo-se assim o uso direto do pus das pústulas de indivíduos, vacinados há alguns dias - fato que, como se sabe, poderia incorrer tanto na ineficácia da vacinação como ainda na exacerbação da virulência. O texto alertava para a urgência das medidas dizendo:

---

25(25) Idem, p. 115, 22 de março de 1904.



É preciso que seja simples, sem provocar dor, sem sangue, cercado de todos os cuidados de limpeza e sem impressionar as creanças e as famílias.(26)<sup>26</sup>

Despoja-se o ato de vacinar de suas antigas práticas. Em lugar de inúmeras incisões que chegavam até oito em cada braço, a operação deveria ser exata e eficaz, descrita pormenorizadamente da seguinte maneira:

É preciso que não sangre, porque todas as vezes em que afluente o sangue, o insucesso é a regra (...) Quando o braço é picado e a pelle é bem distendida os lábios da pequena incisão se afastam pela retratibilidade própria da pelle, augmentado pelo vaccinator; feita a incisão, a vaccina ahi depositada fica em contacto com a superficie de absorção e, solto o braço, é retido com todos os seus princípios activos. Excepção feita dos escarificadores, qualquer lanceto ou vaccinostylo bem cortante pode servir, depois de soffrer os cuidados habituaes de antiseptia, renovados para cada pessoa.(27)<sup>27</sup>

Tirado da discussão pública, o debate sobre a vacina tornava-se algo “técnico”, mera questão de como executar o ato vacínico. A esta postura pragmática, outras soluções eram adotadas colocando a passividade como alternativa popular. Enquanto o discurso médico dominante apenas admitia o debate em círculos de cientistas, o Estado assumia o dever de impor seus critérios à população.

---

26(26) Idem, p. 118.

27(27) Idem, p. 116-7

Mais um elemento coercitivo viria se juntar como propaganda inibidora dos esclarecimentos públicos: a estatística. Com o correr do tempo um novo argumento juntava-se às justificativas da utilidade da vacinação. Na segunda metade do século XIX, principalmente nas últimas décadas, o advento da estatística médica revolucionaria os critérios analíticos dos estudos sobre as doenças, relegando a planos subjetivos os antigos cálculos aproximados. Carlos Seidl, por exemplo, já reconhecido como um dos principais nomes da medicina carioca, se utilizou deste argumento para confirmar a necessidade de se fazer uma lei coatora que induzia a população a se vacinar e revacinar. Nesta linha de reflexão é importante lembrar o fluxo de variolosos do “Hospital de São Sebastião”, entre 1897 e 1903. Durante um período de 7 anos passaram pelo referido hospital 5.371 doentes de varíola, sendo que entre eles, 4.125 nunca tinha sido vacinados, deste total 992 haviam sido vacinados há mais de uma década, 566 a menos de dez anos e somente 48 tinham sido revacinados(28)<sup>28</sup>.

Na virada do século a questão da varíola extrapolava os limites dos Estados nacionais. Como um problema de escala mundial, a crise possibilitava a troca de informações nos círculos especializados. Assim, chegavam também ao Brasil os dados relativos às estatísticas médicas de vários países europeus. Com os números apresentados, propagava-se o pânico. As falas dos sanitaristas viam-se fortalecidas com a garantia da necessidade da vacinação e com tais argumentos eles investiam sobre a população, ameaçando: “Se não vacinar, morre!”--- ao que o povo respondia:”Se vacinar, mata!”.

Números e argumentos amedrontadores, contudo não convenciam a população brasileira, que continuava relutante. O temor popular face à vacinação era combatido com a obrigatoriedade que só se tornou realmente efetiva com a aprovação de leis que impunham à massa a ordem de se vacinar.

---

28(28) SEIDL, Carlos - “A obrigatoriedade da vacina” Brazil Médico 18(28), p. 288, 22 de julho de 1904.

Comparavam-se os números brasileiros com os de diversos países europeus. A Alemanha foi o primeiro Estado a decretar a obrigatoriedade da vacina, em 1902, ainda que continuasse a pagar com vidas a persistência da varíola(29)<sup>29</sup>. Havia algo de propagandístico e simbólico na menção dos exemplos europeus. Afinal, se o “berço da civilização” - particularmente a França e a Alemanha - adotava medidas de saneamento promovidas pelo Estado, aos países pobres restaria seguir o exemplo.

No Brasil a própria Academia nacional de Medicina, que durante um longo período se mostrou indecisa em relação à vacinação em massa, em 1904 se declarou totalmente a favor da investida do Estado, declarando ser a varíola uma doença imunda. Assim se expressava a Academia:

A vacina já está mais que consagrada nos países cultos, de sua eficácia não se pode duvidar. Lamenta que haja ainda alguém que se dá a ingrata tarefa de procurar, subtileza de argumentos alarmantes, com que impressionar a população, já de si tão cheia de preconceitos em desfavor do único meio certo de se conseguir o expurgo dessa imundície que se chama - varíola.(30)<sup>30</sup>.

Da necessidade da vacinação em massa decorria a proposta que classificava como delinquentes todos que se negassem a se submeter à prática vacinal. Os cidadãos que se negassem a inoculação constituíam-se em elementos perigosos para a sociedade como um todo. Transformado em indivíduo perigoso, o Estado teria autoridade para interferir na “opção” de cada um, atuando em favor da vacinação como se estivesse combatendo agentes destruidores do bem-estar coletivo. Criando um artifício jurídico, com responsabilidade da proteção da massa, o governo via-se justificado, sob pena de lei, a se impor Sobre os “maus cidadãos”. O Estado, ao obrigar a vacinação vestia a roupagem de protetor do bem público.

---

29(29) Idem, p. 288.

30(30) Academia Nacional de Medicina - “Vacinação e a revacinação contra a varíola” Brazil - Médico 18(30) -p. 309, 8 de agosto de 1904.

Os sanitaristas exigiam do Estado, através da invocação do presidente da República, do Senado e da Câmara Federal, da decretação de leis, que tornassem obrigatórias as vacinações anti-variólicas sob pena de estarem sendo maus governantes. A necessidade de interferência imediata e incisiva do Estado fez com que todo o sistema se redefinisse, reconceituando-se tanto os papéis institucionais quanto os dos indivíduos. A agravar a prática da obrigatoriedade, criava-se um outro problema, desta vez com implicações jurídicas e políticas.

No cenário carioca, tal debate atingiu o limite. Quando os opositores da medida a consideravam como cerceadores da liberdade, o mundo insurgia-se, declarando:

Com tal argumento dever-se-ia supprimir a própria Constituição, porque ella por si só já é uma restrição à liberdade, imposta em nome da civilização e do progresso de que nos glorificamos neste adiantado século livre absolutamente só o pode ser o selvagem nas florestas virgens do mundo; o civilisado não o é porque está submisso às leis, regras e preceitos que a civilização impoz ao seu tempo e a sua pátria. A sua liberdade é, pois, relativa e restricta. (31).<sup>31</sup>

Em nome da civilização e do progresso o mundo médico e político criava um inimigo comum: o povo ignorante que deve ser normatizado para que o Brasil não padecesse de males justificados apenas em Estados pobres, onde o governo não exercia forças coercitivas.

Invocava-se a igualdade de todos perante a Constituição. Disposições anteriores já haviam tornado obrigatória a vacinação da coletividade estudantil, de militares e de funcionários públicos. Restava ser vacinado ainda o povo, analfabeto, afastado das escolas e dos empregos regulamentados e para isto seria necessário que o Estado criasse uma lei de obrigatoriedade que enfaticamente prescrevia:

---

31(31) MELLO, Dr. Antonio - "A vacinação obrigatória e alguns Srs. Representantes da nação" Brazil- Médico 18(38), p. 386-7, 8 de outubro de 1904.

Só os analfabeto são verdadeiramente livres na acceitação ou rejeição da vaccina. Entretanto, são elles que menos competência têm para julgar do poder immunisante da inoculação vacínica, porque não sabem ler, desconhecem tudo quanto o mundo litterário ensina de mais proveitoso e útil. Não há dúvida de que a vaccinação e revaccinação jamais deverão ser feitas com violência material, mas si apenas forem empregados os conselhos suasórios, o resultado será idêntico ao que se tem obtido relativamente ao ensino primário. Quem poderá, effectivamente, negar o deplorável número de analphabets que se encontram desde o Distrito Federal até os mais recônditos municípios da República? (32)<sup>32</sup>.

Formulava-se no “analfabeto” o inimigo público por excelência representando um foco contaminador de varíola e uma ameaça de morte ao próprio grupo social e nos outros. Caberia ao Poder Legislativo desfazer a desigualdade representada pela obrigatoriedade de submissão à vacina para uns poucos e não para a maior pane da sociedade carioca de 1904.

---

32(32) Idem, p. 324, 22 de agosto de 1904.

### III- OS POSITIVISTAS E A QUESTÃO DA VACINA OBRIGATÓRIA

A questão da obrigatoriedade da vacina anti-variólica confundeu-se, principalmente a partir do advento da República, com os protestos positivistas.

Desde o seu estabelecimento no Brasil, um dos principais temas de reivindicação dos positivistas constituiu-se no que eles próprios denominavam de “despotismo sanitário”. Por “despotismo sanitário” os positivistas se referiam, basicamente, à liberdade profissional e à negação, ao Estado, face o direito de intervir na Saúde Pública(33)<sup>33</sup>.

Em relação à obrigatoriedade da vacinação, já em 1888, Raimundo Mendes Teixeira, um dos principais nomes do Positivismo, afirmava:

Não se trata de examinar agora a racionalidade do uso da vacina contra a varíola, nem o valor dos argumentos invocados para justificar o seu emprego empírico. O nosso fim é demonstrar que, quando mesmo fosse fora de contestação à racionalidade e à eficácia de semelhante recurso, não estava na alçada do poder civil impô-lo aos cidadãos. (34)<sup>34</sup>.

Dois anos mais tarde, quando o Senado já havia determinado a obrigatoriedade de todo cidadão brasileiro a se submeter à vacinação, uma vez mais vinha a público Mendes Teixeira a esclarecer a posição dos positivistas:

---

33(33) TORRES, João Camillo de Oliveira - o positivismo no Brasil, 2a edição, Petrópolis, Vozes, 1952, p.222.

34(34) TEIXEIRA MENDES, R. - “A . liberdade espiritual e a vacinação obrigatória”, Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1888. Apud: A opinião de Augusto comte sobre a vacina. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1904, p. 19

Vacine-se quem quizer, ou quem acreditar na vacina; ponha o Governo ao alcance do Público, si assim o entender, esse recurso preventivo, cuja eficácia e racionalidade (convém dizê-lo) continua a ser assunto de renhido debate entre os profissionais; mas respeite-se a liberdade do cidadão no que ele tem de mais íntimo e melindroso. (35)<sup>35</sup>.

Nestas duas citações de Mendes Teixeira definem-se os argumentos positivistas contra a obrigatoriedade da vacinação. Por um lado, insinua-se de forma frequentemente dúbia a validade científica da vacina anti-variólica, anulando-se qualquer efeito positivo da vacina contra a varíola e, por outro, afirma-se incisivamente o caráter inconstitucional da lei que obriga a todos se sujeitarem à vacinação.

Depois da repetição dos mesmo argumentos no decorrer de toda a última década do século XIX, em 1901 o Apostolado Positivista patrocinou a publicação de importante texto de autoria de um de seus mais destacados líderes e principal propugnador do chamado “despotismo sanitário”, o médico Joaquim Bagueira do Carmo Leal. No opúsculo intitulado O Despotismo Sanitário Perante a Medicina inaugurava-se uma nova dimensão do discurso positivista em relação à idéia de vacina e da vacinação. Ao tentar provar através de parâmetros médicos a periculosidade da inoculação vacínica, o debate era colocado em novos rumos.

A originalidade deste texto não está nas idéias médicas esboçadas, já que os argumentos utilizados para desqualificar a vacina jenneriana são semelhantes a de outras correntes científicas, positivistas ou não, esboçadas no decorrer de todo o século XIX. A significância do texto está em ser, provavelmente, a primeira vez que estas idéias eram divulgadas em um livro do Apostolado Positivista.

---

35(35) Idem, p. 23.

Afirmando que o mundo científico pouco conhecia sobre os mecanismos da infecção variólica e das pretensas qualidades da vacinação e ainda invocando um dos princípios mais conhecidos da teoria comteana sobre a saúde e a enfermidade, segundo a qual “o melhor meio de gozar a saúde consiste em desenvolver a benevolência”, Bagueira Leal rejeitava a utilidade da vacina antivariólica, sob as seguintes alegações:

Admitindo mesmo que o vírus vacínico, penetrando no organismo, não seja um corpo estranho, mas seja susceptível de assimilação, evidentemente só em dose diminutíssima poderia ele tornar-se alimentar e, portanto, muito mais dificilmente calmante, e, pois, sempre irritante, como praticamos se sabe. Isso já é uma condenação, porque, se só por exceção se deve empregar internamente uma substância em dose irritante com fim terapêutico, dificilmente se conceberia o seu uso nessas condições como profilático. (36)<sup>36</sup>.

Já aos 3 de julho de 1904, a reinvocação da Lei da Vacinação Obrigatória liderada por Oswaldo Cruz fez com que uma nova onda anti-variólica fosse encabeçada pelos positivistas. Tal ação conjunta fora desenvolvida basicamente pelos jornais cariocas. Nesta data, depois de uma vez mais assinalar os efeitos negativos da vacina e da vacinação, Teixeira Mendes advertia:

Parece-nos que ( ... ) a eficácia da vacina não passa de uma conjectura oriúnda da combinação do empirismo e do metafísico. Mas quando mesmo se tratasse de um processo realmente científico, o Governo degeneraria em tirania si o quizesse impor pela violência. ( ... ) Seria escuzado insistir em maiores desenvolvimentos para sistematizar nas pessoas bem intencionadas a repugnância instintiva que a vacinação obrigatória desperta. (37)<sup>37</sup>.

---

36(36) LEAL, Joaquim Bagueira do Carmo - “O despotismo sanitário perante a medicina”. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1901. Apud, TEIXEIRA MENDES, R. - op. cit., P. XXXV  
(37) TEIXEIRA MENDES, R.: “A vacinação obrigatória” Jornal do Comércio, 3 de julho de 1904. Apud. Item - A opinião de Augusto Comte ... , op. cit., p. XIII.



Sob estas alegações, neste artigo inaugurava-se uma fase de radicalização do discurso positivista em relação à vacina. Se até aquele momento os apelos do Apostolado voltavam-se para a defesa da liberdade espiritual e moral da sociedade, agora dirigiam-se ao governo - em especial ao Poder Legislativo - acusando-o de ser patrocinador de um “Estado Tirânico” que pensava, antes de mais nada, em se estabelecer cerceando a liberdade da sociedade e o direito dos cidadãos.

Armados de nova retórica, os positivistas formularam na oposição ao Estado um inimigo a ser combatido sem reticências e meios-termos. Neste trajeto, julho de 1904 representou para a causa da vacinação obrigatória o desnudamento da postura do Apostolado Positivista frente aos rumos que tomara a jovem República. Mediante tal posicionamento, tornava-se evidente a caracterização das partes: de um lado, o governo isolado na comunhão entre o Legislativo e o Executivo, de outro, os positivistas apoiados nas insatisfações populares e de demais segmentos da sociedade desgostosos com a prática política republicana.

As críticas e ameaças positivistas se dirigiam inicialmente para o Congresso Nacional e, depois de decretada a lei que obrigava a vacinação, se concentraram na figura do presidente Rodrigues Alves e na República como sistema político. Esta onda de infelicidade coletiva culminaria na Revolta de novembro de 1904.

A oposição positivista à vacinação obrigatória não se constituiu - como postulam Ivan Lins e João Camillo de Oliveira Torres - em um movimento homogêneo, sem contradições internas. O Apostolado Positivista também abrigava em suas fileiras adeptos “hereges” ou “heterodoxos” que aliás faziam muito barulho.

Em face à questão da vacina e da vacinação obrigatória, o principal conflito ocorrido na intimidade do Positivismo se deu entre os crédulos da “Religião da Humanidade”, pouco antes da Revolta de 1904, quando, aos 16 de setembro, foi publicado na imprensa carioca um artigo do médico positivista doutor Nilo Cairo.

Cairo tentava aplicar alguns princípios do pensamento comteano, mostrando que, se o fundador do Positivismo era contra a inoculação, o era não por negar o valor da vacina jenneriana enquanto preventivo anti-variólico, mas sim pelas implicações legais de seu caráter obrigatório. Desfocando o debate científico, a discussão era jogada para o abstrato terreno da ética médica e jurídica.

Independentemente do sentido da polêmica para os positivistas, este debate trazia para as frentes políticas a fundamentação teórica sobre a cidadania. Qualquer análise consequente da “questão da vacina” deve debater este pressuposto sob pena de manter a reflexão em torno dos acontecimentos de 1904 no plano do episódico, admitindo que os acontecimentos significaram apenas o desencontro de percepções médicas. As ambiguidades entre o direito do Estado intervir em decisões de alcance pessoal, o raio de abrangência e a aplicabilidade da Constituição foram alguns temas presentes nos debates de julho a novembro de 1904 e fomentados pelos próprios positivistas que tinham as contradições instaladas no próprio corpo institucional.

Mesmo que conflitantes, os positivistas trouxeram para a cena política questões médicas que colocavam as polêmicas a nível da Saúde Pública que, independentemente de serem consideradas “rebeldias populares” passavam a fazer sentido na retórica política da jovem República. A fertilidade do debate era evidenciada pela complexidade que os argumentos tinham, mesmo nos círculos comtistas. A possibilidade de extrapolar a discussão, subtraindo-a do universo abstrato para o terreno da ação prática e imediata, viabilizou a politização tanto do caso vacínico quanto da saúde como uma questão pública e portanto política.

Negando o valor degenerativo e contagioso que a vacina e a vacinação poderiam desempenhar, o doutor Cairo usou --- para se referir aos positivistas opositores da vacinação -- os velhos argumentos, baseados na pretensa malignidade :

Eu quero demonstrar aqui que, quanto à primeira questão (a utilidade “real” da vacina), a opinião do Apostolado Positivista não é a opinião de Augusto Comte, que aceitava a utilidade real da invenção de Jenner, repellido presentemente, em seu nome por um grupo dos seus discípulos.(38)<sup>38</sup>.

A publicação do artigo do doutor Nilo Cairo desencadeou um acirrado protesto por parte de membros da “Religião da Humanidade” do Rio de Janeiro. Tal impacto provocou respostas que se consubstanciaram principalmente nos dois artigos do doutor Teixeira Mendes, publicados nos dias 17 e 18 de setembro, no Jornal do Comércio Poucos dias depois, estes textos foram reunidos em um opúsculo patrocinado pelo “Apostolado Positivista” que se encarregou de distribuí-los amplamente no Distrito Federal, até pouco antes da Revolta da Vacina.

A intenção do Apostolado ao publicar os dois artigos se opondo às afirmações de Nilo Cairo visava demonstrar que Augusto Comte era contra a vacina e a vacinação obrigatória, quer pelos malefícios que a linfa vacínica acarretaria ao indivíduo que se deixasse inocular, quer pelo caráter inconstitucional da sua obrigatoriedade. A partir desta comprovação, o Apostolado pretendeu também taxar de herético o seu sócio contestador, o médico Nilo Cairo.

No opúsculo escrito por Raimundo Teixeira Mendes, o que se colocava em pauta era a evolução do pensamento do fundador da “Religião da Humanidade” que tinha o propósito de atacar o valor científico --- e não ético --- da vacina jenneriana.

---

38(38) CAIRO, DR. Nilo - “Augusto Comte e a vacinação” Gazeta de Notícias 16 de setembro de 1904. Apud. TEIXEIRA MENDES, R. -A opinião de Augusto Comte ... op. cit., p. XXI.

A fundamentação da “heresia” do doutor Nilo Cairo se apoiava em uma carta de Augusto Comte, enviada a seu discípulo, Henry Dix Hutton em 1º de junho de 1854. Nesta carta, Comte manifestava-se contrário à definição de um dia a ser eventualmente assinalado, no calendário positivista, para homenagear o inventor da vacina anti-variólica. À questão, o pai do positivismo respondeu:

Quant à Jenner, son invention, malgré son utilité réelle n’a pas assez de valeur scientifique ni de mérite moral pour mériter une telle adjonction.(39)<sup>39</sup>.

Face aos argumentos detratores da aceitação de Comte em relação à descoberta de Jenner, o “Apostolado Positivista Brasileiro” se contrapunha mostrando várias menções à medicina, existentes no Cours de Philosophie Positive e principalmente nas palavras de Comte ditas no seu leito de morte, em 1857. Assim, na tentativa de recuperar as propostas comteanas sobre as patologias e as terapêuticas, o “Apostolado” antevia uma medicina positivista que se baseava na racionalidade universal, se opondo ao “empirismo médico” localizado e imediato.

A medicina empírica seria, para Comte, todo e qualquer procedimento médico que, mesmo útil, apenas surtiria efeitos benignos num alcance limitado, tanto no “espaço” (geográfico) quanto no “tempo” (histórico). Não seria universal, abrangente, social. Ao contrário, postulavam os comteanos que os procedimentos racionais ou científicos teriam uma utilidade universal, ampla e eficazmente duradoura sendo sua aplicabilidade compatível com qualquer lugar e em qualquer período.

---

39(39) COMTE, Augusto, Lettres d’Auguste Comte a Henry Dix Hutton. Dublin, S.C.P., 1890, p. 39-40.

Teixeira Mendes pretendeu entender a carta citada como uma manifestação datada, de 1854, como um mero ponto, na sequência da evolução natural que Comte teria ao longo da vida. Além de discursar sobre a dinâmica responsável pelas modificações do pensamento do Pai do Positivismo, acrescentava:

A vacina é uma prática empírica, adquirida sob o certas cautelas do metafísico, geralmente admitido pelos médicos, sob certas cautelas, no tempo de Augusto Comte ... Preocupado justamente com a sua incomparável missão social, primeiro científica, depois filozófica, e, por fim, religiosa, o nosso Mestre não podia desviar a sua atenção para os problemas secundários. Segundo o exemplo do seu principal precursor imediato, Descartes, aceitou como úteis ou certos os princípios que via acreditados em torno de si pelos cientistas que lhe mereciam confiança. Eis, para nós, a explicação de sua aceitação do prático da vacina, antes de ter abordado definitivamente a reconstrução positivista da patologia e da terapêutica. (40)<sup>40</sup>.

O Apostolado, segundo as propostas defendidas no Brasil pela linha representada pelo doutor Cairo, apenas reconhecia a validade da vacina jenneriana limitada temporalmente aos fins do século XVIII e primeira parte do século seguinte e, em termos espaciais, o medicamento de Jenner era apenas compatível com o continente europeu. Quanto ao Brasil de 1904, o “Apostolado” negava qualquer validade da vacinação e, concluindo, acusava Nilo Cairo de ter cometido o crime de “heresia”.

A argumentação utilizada pelo “Apostolado” contra as idéias e o artigo do doutor Nilo Cairo sugerem que a cúpula positivista estava dividida e tendente a apoiar a ala mais “progressista”, defensora da evolução comteana.

---

40(40) TEIXEIRA MENDES, R. - op. cit., p. XXV.

Certamente o artigo do doutor Cairo constituiu-se no ápice de uma questão que já há algum tempo colocava em tela de juízo a ortodoxia dos seguidores de Augusto Comte. Dada a importância da “contestação”, a fim de alimentar as posições favoráveis às mudanças, o Apostolado fez publicar um novo texto médico, do doutor Bagueira Leal, que recortava mais objetivamente os malefícios da vacina. Diferentemente do artigo de Teixeira Mendes, que divagava sobre ângulos positivistas da medicina em geral e quase não mencionava aspectos da medicação jenneriana, as palavras do doutor Bagueira Leal se dirigiam diretamente à vacina. O texto intitulado A “Questão da Vacina” constituiu-se no mais expressivo brado médico-positivista até então publicado, tendo servido para confirmar incisivamente a inutilidade e também o perigo da vacinação em massa (41)<sup>41</sup>. Este texto foi publicado entre fins de setembro e princípio de outubro de 1904, assumindo relevada importância na explicação ideológica da “Revolta da Vacina”.

A preocupação básica em desacreditar o valor preventivista da medicação vacínica levou o doutor Bagueira Leal a compor um discurso que não discutia os possíveis motivos provocadores da sua aceitação ou recusa. O texto do médico positivista constituiu-se em uma peça radicalmente acusatória da vacina, frequentemente nomeada “sifilização”, “envenenamento” e “contaminação”.

A primeira medida tomada por Bagueira Leal foi a de conceituar a própria vacina. Depois de estabelecer nada menos do que sete conceitos que correspondiam na verdade a igual número de distintas práticas tidas como imunizadoras contra a varíola e de afirmar que a lei da vacina obrigatória não estabelecia qual das sete práticas deveria ser adotada, o médico descreve a obtenção da linfa vacínica de uma maneira tal que visava desencorajar o cidadão a se deixar vacinar. Depois de injetado o vírus varioloso no animal, assim era conseguida a linfa vacínica:

---

41(41) LEAL, Dr. Joaquim Bagueira- A Questão da Vacina. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1904.

Imobiliza-se o animal, e raspa-se-lhe o ventre, no meio de dores atrozes. A imundície colhida na raspagem é o elemento essencial do linfo; compõem-se de células do epiderme, de fragmentos de epiderme, de linfa, de soro, de sangue, desses mesmos líquidos em decomposição; de corpúsculos de pus, de capilares arrancados pela raspagem, e de ptomainas (princípios tóxicos dos cadáveres). Já se vê que essa mistura não pode ser homogênea: ora contém mais sangue, ora mais pus etc. Eis aí um tipo dos estratos que servem para preparar a vacina.(42)<sup>42</sup>.

A partir daí, o doutor Bagueira Leal passava a denominar a linfa vacínica como vírus vacínico e lembrava aos leitores o genuíno significado do termo “vírus” em latim: “veneno” e “peçonha”.

Os efeitos da vacina jenneriana são, ainda segundo o médico positivista, apenas de caráter negativo. Se inútil como preventivo anti-varioloso, a vacina era um modificador do organismo inoculado, podendo produzir toda espécie de doença.

A principal das doenças pressupostamente causada pela vacina seria a sífilis. Bagueira recuperava em seu discurso o significado do termo inglês cow-pox que designava a própria injeção sifilítica. Os animais de cujo corpo era retirada a linfa vacínica eram vistos pelo contato do animal com outros animais infectados e com os próprios pastores que possivelmente eram sifilíticos.

Bagueira Leal invocava uma nova categoria patológica, a “sífilis vacinal”, e dava como exemplos o incremento das insidências sifilíticas entre os exércitos europeus que, mesmo tendo sido vacinados, caíam doentes. Ainda mais, lembrava as infecções sifilíticas constatadas logo após a inoculação anti-variólica.

---

42(42) Idem, p.4.

A segunda principal doença tida como causada pela vacinação seria a tuberculose. Mesmo sabendo-se que no transcorrer da segunda metade do século XIX ocorreu uma notória retratação da infecção tuberculosa em toda a Europa, Bagueira Leal atribui os epítêmios dessa enfermidade à vacina que para ele teria sido preparada a partir de rebanhos onde grassava a tuberculose e daí inoculada nos homens que se deixaram vacinar(43)<sup>43</sup>.

Se a sífilis e a tuberculose eram as duas principais enfermidades atribuídas à vacinação, outros tipos de injeção também ocorriam, principalmente porque a linfa fora considerada como estimulante de culturas de outros micróbios, entre eles os causadores de bronquite, eczema, escarlatina, inflamação, cegueira, difteria e mais muitas outras enfermidades(44)<sup>44</sup>.

Além disso, a vacina era considerada como a principal disseminadora da própria varíola. E, significativamente, neste ponto o doutor Bagueira Leal tinha razão. No próprio Rio de Janeiro, até fins do século XIX, a imunização antivariólica era conseguida quase que exclusivamente através da vacina humanizada, isto é, da inoculação do pus retirado do braço de outra pessoa, anteriormente vacinada. Nesta operação, o vírus variólico poderia aumentar sua virulência, causando sérios prejuízos na saúde do recém-vacinado, e permitindo o surgimento da Varíola Major, frequentemente letal.

Em nome do Positivismo, Bagueira Leal se opôs aos mais proeminentes médicos que atuavam no Rio de Janeiro no início do século, entre eles Oswaldo Cruz, Carlos Seidl, Rocha Faria e Miguel Couto.

Em vez da vacinação obrigatória, o Apostolado Positivista propunha uma série de medidas consideradas efetivas e erradicadoras da varíola. É curioso perceber que as medidas preconizadas por Bagueira Leal em muito coincidem com as indicações atuais da Epidemiologia Social, propostas estas consideradas como inovadoras e até mesmo revolucionárias

---

43(43) Idem, p. 14-16.

44(44) Idem, p. 24-26.



Para os positivistas, a luta contra a varíola e as demais enfermidades não se deveria dar através da medicalização da sociedade, mas sim por meio de uma série de medidas higiênicas tanto públicas como individuais.

Estas medidas teriam como base a melhoria geral das condições materiais de vida da população, não só através da diminuição dos impostos, mas também por meio da extensão dos benefícios públicos referentes à distribuição de águas tratadas, de escoamento dos esgotos e coleta e incineração do lixo urbano assim como pela promoção da alimentação popular, da construção de casas higiênicas e do combate ao alcoolismo(45)<sup>45</sup>.

---

45(45) Idem, p. 52-54.

## IV- O PODER LEGISLATIVO E A VACINA

Desde que assumiu a diretoria da Saúde Pública, uma das principais preocupações de Oswaldo Cruz consistiu em conseguir do Poder Legislativo a aprovação de uma série de leis que garantissem o aspecto legal das atividades saneadoras pretendidas.

Para o Legislativo, o ano de 1904 constitui-se no período mais agudo do problema da obrigatoriedade da vacina. A impopularidade do conjunto de leis aprovadas pode ser atestada pela ironia com que se revestiu a aceitação das normas promulgadas. Pelo caráter normativo, as posturas do governo foram conhecidas popularmente como “Código de Torturas”. Já nos primeiros meses de 1904 havia sido aprovado, sem muitas discussões por parte da então Câmara de Deputados, o polêmico Regulamento Sanitário, que pouco estabeleceu de concreto a respeito da varíola e da vacinação(46)<sup>46</sup>. Esta medida tem sido explicada diferentemente tanto no circuito médico quanto no político. No primeiro caso, a ênfase é dada à discussão da validade da vacina enquanto um medicamento; no segundo discute-se a legitimidade do Estado em impor seu uso.

No segundo semestre de 1904 o problema da vacinação obrigatória ganhou novo rumo. No dia 28 de junho, a Comissão de Saúde Pública do Senado apresentou um projeto declarando obrigatória a vacinação e a revacinação em todo o território nacional. Esta definição legal era contextualizada por um surto que por esta época infestava de varíola a cidade do Rio de Janeiro. Os resultados das epidemia seriam, até o final do ano, alarmantes, atingindo nada menos que 3.566 mortes. Estes óbitos, somados com os promovidos pela “alastrium”, resultariam no assustador montante de 4.201(47)<sup>47</sup>.

---

46(46) TORRES, Dr. Théophile - La Campagne Sanitaire au Brésil. Paris, Societé Générale d'Impression, 1913, p. 62-64.

47(47) FONTENELLE, J.P. -A Saúde Pública no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, s.c.p. 1939, p.156.

À acusação que a linfa vacínica servia para degenerar o corpo humano e que a vacinação impunha ao indivíduo riscos de inúmeras outras enfermidades, respondiam alguns Deputados - geralmente contrários à obrigatoriedade da vacina por motivos pretensamente legais - com argumentos apresentados por cientistas. Nestes casos liam a vasta lista de tratados médicos nacionais e estrangeiros. Os argumentos tendiam para dois pontos: ora tentando provar o valor científico do experimento, ora tentando unificar os deputados em torno da questão da inconstitucionalidade da lei que pretendia tornar obrigatória a vacina para todos(48)<sup>48</sup>.

Apesar da insistência da parte contrária, havia um certo nível de consenso entre os deputados, segundo o qual as questões médicas em relação à vacina deveriam ser colocadas de lado. O deputado Carlos Teixeira Brandão advertia aos 29 de agosto de 1904 que a Câmara era uma assembléia política e não científica e que as questões médicas deveriam ser discutidas por especialistas e não por legisladores(49)<sup>49</sup>.

A questão central a ser debatida deveria ater-se à legitimidade do Estado em impor uma lei que visasse, antes de mais nada, equiparar o Brasil aos países europeus. O Brasil, especialmente o Distrito Federal, procurava modernizar-se seguindo os modelos “civilizados” e de que haveria de adiantar a transformação efetuada apenas no plano arquitetônico? De modo geral, a França era a grande fonte de inspiração para as mudanças mas duvida-se que para o interesse médico daquele momento, em particular no referente à vacinação, o padrão francês se mantivesse. A Alemanha era considerada o padrão ideal para as intenções do “Estado medicador”. As “modernas” leis de obrigatoriedade da vacina surgiram nos territórios que mais tarde originariam a Alemanha por volta de 1830 e, na virada do século, a Saúde pública alemã era exibida como sinônimo de sucesso contra a varíola. Referindo-se diretamente ao caso se pronunciava, em gosto de 1904 o deputado Barbosa Lima se pronunciava dizendo:

---

48(48) Vide as falas de Barbosa Lima in: Annaes da Câmara dos Deputados, 1904, p. 662-3.

49(49) Annaes ..., vol. 4, p. 657.

Quem é que se oppõe, a que o Brazil siga a culta Allemanha? Culta e digna de ser seguida nos seus processos de Governo e só a Allemanha? O Brazil recusando-se a acompanhar neste particular o Império Allemão está dando um exemplo de atraso, de incapacidade para se governar, em condições de ser apontado como uma grande mácula que nos deve envergonhar, como se está fazendo todos os dias nos jornaes? ... Si ha paízes civilisados que admittam a obrigatoriedade da vaccinação; por outro lado, há paízes não menos civilisados, que não n'a aceitam, algum outro motivo se deve ir procurar que sirva de critérios para a escolha que há de prevalecer na these que, afinal de contas, o Estado tem que adaptar! Cita-se constantemente: A Allemanha acabou, pela vaccinação obrigatória, com a variola! (50)<sup>50</sup>.

Com a polarização das opiniões definia-se uma problemática: como modernizar medicamente? Seguindo o modelo de “Estados progressistas”? Quais? Com que ritmo? Qualquer custo? Com intervenção absoluta do Estado? Inconstitucionalmente? Quem deveria selecionar as estratégias que mais convinhassem ao Brasil? O Presidente da República? Os médicos? Os representantes?

Aos opositores ficava claro que as medidas que deveriam promover a “civilização” no Brasil teriam que antes de mais nada ser compatíveis com a Constituição nacional e era este o maior entrave pretensamente atribuído a uma lei que tomava obrigatória a todo brasileiro deixar seu corpo ser afetado pela linfa vacínica, uma substância considerada por estes deputados como “imunda” e “povoada de gérmenes patológicos”. Para os que postulavam a defesa irrestrita das liberdades cidadãos não haveria progresso sem o direito à opção, direito aliás garantido constitucionalmente.

---

50(50) *Annaes ...*, vol. 4, p. 661.

Dizia o deputado Germano Hasslocher: “Acima da prophylaxia há o homem que tem direitos”(51)<sup>51</sup>. E este direito era tido como a disponibilidade do próprio corpo em se preservar contra as medidas de saúde pública tomadas pelo Estado. Na Câmara, os abaixo-assinados se amontoavam, provenientes de todo o Brasil, reivindicando a liberdade de cada um deliberar sobre o seu próprio corpo.

O deputado Belisário de Souza apresentou aos 23 de agosto de 1904, um documento em que constavam mais de 3.000 assinaturas de habitantes da cidade de Campinas contra o projeto de lei. Os argumentos apresentados por este documento são sutis por não apresentarem dúvidas sobre a qualidade positiva dos efeitos vacínicos, mas exigiam acima dos benefícios médicos seus direitos garantidos:

Accentua ainda o orador que muito dos signatários são vacinados e todos acreditam na vaccina. Apenas o que querem é que a República mantenha a liberdade espiritual. Em plena República se quer transformar a Pátria em um país de vacinados e não vacinados. E a desnaturaçãõ da instituição. (52)<sup>52</sup>.

Os deputados voltavam-se ainda para outra questão: a aliança entre o Estado e os médicos. Com a “autorização” do governo, através do caso da vacina, legitimava-se uma espécie de monopólio do conhecimento e do direito de interferir no corpo dos cidadãos. Para os anti-vacinistas, a aliança entre a “ciência” e o Estado acabaria por desacreditar a própria profissão e prática médicas.

Mesmo entre a comunidade científica não havia consenso em face da hegemonia conseguida pelos “vacinistas”. Nem eram só os comteanos que se opunham. Aliás, é importante ressaltar a participação de um famoso médico carioca não positivista --- doutor Vieira Souto, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro -- que ficou conhecido fora dos círculos especializados por uma frase que lhe garantiu notoriedade em 1904: “A vacinação obrigatória é uma violência”.

---

51(51) *Annaes...*, vol. 4, p. 469.

52(52) *Annaes...*, vol. 4, p. 373.

Motivada pela oposição médica, que apesar de pequena era estridente, as críticas passam então a se dirigir diretamente a Oswaldo Cruz e a todos os médicos que apoiavam a vacinação obrigatória. A 5 de setembro o deputado Barbosa Lima advertia os médicos vacinistas, lembrando a época em que a vacinação era optativa a cada indivíduo:

Nesse tempo era realmente facultativo, e não sei, Sr. Presidente, si cabe aqui indagar si depois de passar a Lei da vacinação e revaccinação obrigatórias esses funcionários devem continuar a se chamar facultativos, porque de facultativos não teem nada, apesar de terem frequentado faculdades, não teem só a faculdade de espalhar a Lympha, teem o direito de impor e não me parece que devam continuar a se chamar facultativos.(53)<sup>53</sup>.

As pressões contra a aprovação da lei aumentavam com rapidez incrível. Não só os jornais cariocas criticavam o Congresso Nacional pela morosidade com que se desenvolviam as discussões sobre a questão como também o “Apostolado Positivista” enviava representações ao poder legislativo, chamando atenção sobre a necessidade de se impedir a decretação da obrigatoriedade, sob o risco de abalar a já fraca estrutura republicana(54)<sup>54</sup>.

Um grande revés impingido aos deputados que se posicionaram contra a lei da vacinação foi o parecer das comissões de Instruções e Saúde Pública da Câmara dos Deputados. Tal parecer afastava qualquer risco médico decorrente da inoculação anti-variólica e alegava ainda ser responsabilidade de todo cidadão se vacinar sob o risco de colocar em perigo a vida da coletividade. Desta forma, o Estado, que era considerado “tirânico” pelos opositoristas frente à obrigatoriedade da vacina, passava a ser visto como um órgão cujo objetivo primeiro era a preservação do bem-estar de todos os cidadãos(55)<sup>55</sup>.

---

53(53) Annaes..., vol. 5, p. 121.

54(54) TEIXEIRA MENDES, R. - A opinião de Augusto Comte sobre a vacina. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1904, p. XIV-XV.

55(55) Annaes..., vol.4, p. 288-291.

A estratégia adotada pelos anti-vacinistas mudou a partir de setembro de 1904. Ainda que continuassem as ênfases concentradas na inconstitucionalidade do ato, pretendia-se também prolongar os debates até o fim do ano, quando se encerraria o período da atuação do Poder Legislativo sem que a lei fosse aprovada.

Desenvolviam-se nesta linha discursos que visavam, entre outras coisas, tomar a maior parte do tempo das sessões diárias da Câmara e evitar continuidade dos trabalhos. Sempre que as discussões sobre a vacina entravam na ordem do dia da Câmara, a estratégia utilizada pelos anti-vacinistas consistia em --- além de reafirmar seus postulados contra a vacina e contra o projeto de obrigatoriedade vacínica --- discorrer sobre temas que na verdade pouco ou nada tinham a ver com o tema em debate. Exemplo típico foi a fala do Deputado Barbosa Lima, antigo presidente da Província de Pernambuco, que depois de mais uma vez confirmar sua postura contra a vacinação obrigatória, discorreu longamente, sem utilidade nenhuma para o momento; sobre sua atuação frente a governo pernambucano, propondo por fim um substitutivo ao projeto de lei que visava a obrigatoriedade da vacina, o qual, na verdade, suprimia o próprio caráter obrigatório(56)<sup>56</sup>.

Além desta artimanha, tornou-se comum o estabelecimento de um discurso alarmante, imaginativo e dramático dirigido para chocar a opinião pública. Invocavam-se cenas que se dariam em todo lugar caso o projeto de lei fosse aprovado: belas e inocentes crianças sendo vacinadas e por isto contraindo inúmeras doenças (principalmente a sífilis), pelotões de soldados invadindo as casas em busca de pessoas a serem vacinadas, velhos morrendo por não resistirem ao contágio. Para os anti-vacinistas a aprovação do projeto que tornava obrigatória a vacinação também era um atentado perpetrado pelo Estado contra a inviolabilidade do lar.

---

56(56) Annaes..., vol. 5, p. 120-144.

Outra estratégia utilizada pelos opositoristas ao projeto de autoria do senador alagoano Manuel José Duarte foi a proposição de emendas que no total chegaram à absurda cifra de 104, muitas delas explorando os mínimos detalhes. Os detalhamentos não tinham a intenção de esgotar o assunto e sim de confundi-los, gerando motivos para prorrogar a discussão por tempo indeterminado. Entre as minúcias apresentadas para os debates constavam temas como: a obrigatoriedade ou não da vacinação dos representantes de delegações estrangeiras credenciadas no Brasil e a questão da competência na aplicação das vacinas, quem ministraria a vacina nos médicos, etc. Além de aspectos jurídicos complicados, até questões práticas e elementares foram colocadas a juízo dos legisladores: seria possível aplicar a lei da vacinação em todo o território brasileiro? Caso a impossibilidade ocorresse, seria justo aplicá-la a alguns estados e a outros não? Afinal, a lei não era para todos e o Estado não deveria se incumbir de ministrá-la igualmente? Estas questões eram desdobradas até as hipóteses mínimas relativas à pertinência de médicos não credenciados pelo Instituto Vacinoterápico poderem ou não vacinar.

A 27 de setembro e nas sessões seguintes da Câmara começavam as discussões das emendas. Foram gastas 4 sessões para o debate das 16 emendas. Dada a morosidade das votações foi proposta a votação das emendas “em bloco”, fato que foi recebido sob protesto pelos anti-vacineiros, que viam nesta atitude a descaracterização as verdadeiras funções da Câmara. Cabe ressaltar que estes protestos uma vez mais impediram a votação das emendas, tendo sido toda uma sessão ocupada por calorosos ataques à condição dos trabalhos(57)<sup>57</sup>.

---

57(57) Annaes..., vol. 5, p. 624-646.



Apesar das táticas adotadas pela oposição e por mais que lutassem contra as tendências dominantes, como a maioria dos parlamentares estava a favor da aprovação do projeto, tal ocorreu a 31 de outubro de 1904. Assim, a lei nº 1.261, que tomava obrigatória em toda a República a vacinação e a revacinação contra a varíola, estabelecia:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional e eu sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º A vacinação e a revaccinação contra a varíola são obrigatórias em toda a República.

Art. 2º Fica o governo autorizado a regulamentá-la sob as seguintes bases:

a) A vacinação será praticada até o sexto mez de idade, excepto os casos provados de moléstias, em que poderá ser feita mais tarde;

b) A revaccinação terá logar sete annos após a vacinação e será repetida por septennios;

c) As pessoas que tiveram mais de seis mezes de idade serão vacinadas, excepto si provarem de modo cabal terem soffrido esta operação com proveito dentro dos últimos seis annos;

d) Todos os officiaes e soldados das classes armadas da República deverão ser vaccinados e revaccinados, ficando os commandantes responsáveis pelo cumprimento desta;

e) O Governo lançará mão, afim de que sejam fielmente cumpridas as disposições desta Lei, da medida estabelecida na primeira parte da Lettra f do §3º do art. 1º do decreto n.1151, de 5 de janeiro de 1904;

f) Todos os serviços que se relacionem com a presente Lei serão postos em prática no Distrito Federal e fiscalizados pelo Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, por intermédio da Directoria Geral da Saúde Pública.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.  
Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1904, a 160 da República - Francisco de Paula Rodrigues Alves - Dr. J.J. Seabra.

É de se questionar o sentido do debate sobre a vacinação frente o estabelecimento do Poder. Legislativo no Brasil, principalmente em torno dos acontecimentos médicos de 1904. Interiorizada na argumentação científica assumida pelo Estado, estava um problema de direito político que afetava a questão da cidadania exposta a testes de modernização. De um lado, o Estado enfrentava com a crise sanitária um dilema crucial ou mantinha as formas “livres” de tratamento ou se impunha como “autoritário” e assim “modernamente” se investia. A maioria absoluta da população era considerada inculta e despreparada para o entendimento do processo epidêmico mas esta parcela era apoiada por facções da elite - tanto médica quanto política - que transportavam a questão para o terreno jurídico. Neste jogo de forças o problema que se enunciava dizia também respeito à modernização da política. Haveria maneiras de compatibilizar a atualização administrativa do país em coerência com o ritmo imposto pelas “forças tradicionais”?

O saber médico ficava pois como um novo marco fronteiro, separando os pretensos conhecedores daqueles que perfilariam as linhas dos “ignorantes” e “analfabetos”. Neste sentido, é importante notar a existência de novos elementos que passariam, através da medicina, a instruir as forças emergentes que se diziam então progressistas porque sanitaristas.

## V- A REVOLTA DE 1904

Aprovada a Lei da Vacina Obrigatória, vasto segmento da sociedade carioca imediatamente se colocou contra as medidas do governo. Nem só de populares era composto este amplo contingente. Faziam parte dos “contrários” tanto populares que se opunham à aplicação da Lei como aqueles que discordavam dos rumos que a República havia tomado desde a sua fundação. O adensamento dos opositores o regime intensificou a campanha contra Oswaldo Cruz e principalmente ao presidente Rodrigues Alves, favorecendo a eclosão de um movimento popular com repercussões variadas.

Seria simplista explicar a Revolta de 1904 unicamente pela aprovação da Lei da Vacina Obrigatória. Vários estudiosos assim fizeram acabando por qualificar o movimento como reação mecânica, provocada pela irresponsabilidade de uma população “analfabeta” e “bronca” por recusar os benefícios da medicina moderna. Nestes casos resta sempre a redução do intrincado movimento às explicações que colocam o confronto como “a revolta dos infinitamente grandes sobre os infinitamente pequenos” ou como “o retrocesso da higiene”(58)<sup>58</sup>.

Uma avaliação consequente dos motivos que levaram o povo a se rebelar contra o Estado deve ter em conta a série de acontecimentos que agudizaram as condições de vida carioca no governo de Rodrigues Alves.

Desde o último ano do século passado, todo o Brasil e principalmente o então Distrito Federal passava por urna crise econômica associada à queda dos preços do café no mercado internacional. No Rio de Janeiro a comida era escassa e seus preços majorados gradativamente. A carestia e a falta de saídas imediatas tornavam difícil à população pobre prover o seu próprio sustento. Aumentavam a criminalidade, o desemprego e o desamparo social.

---

58(58) SILVA, Gastão Pereira da - O Romance de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Brasília Editora, s.d., p. 183.

Dando novas dimensões à problemática estética urbana, iniciou-se, desde o despertar do governo de Rodrigues Alves, a reorganização do espaço carioca. O projeto urbanístico posto em prática impunha nova funcionalidade à antiga capital. Tendo uma concepção urbanística renovadora, a pretendida aparência da cidade indicava um governo feito para o progresso e neste sentido direcionado à modernização das elites. Antigos grupos estabelecidos segundo padrões tradicionais tiveram que enfrentar o dilema entre a adequação aos novos tempos ou o padecimento. Centenas de famílias viram-se na contingência da perda de seus locais de moradia e obviamente esta era uma parcela disposta à oposição ao governo “autoritário”. Neste processo de transformação acelerada, grande número de comerciantes faliu, devido, agravamento da falta de dinheiro e das frustrações derivadas da destruição dos velhos prédios, privilegiados pontos de comércio.

Inadaptados aos novos eixos da vida comercial carioca os negociantes se aliavam aos populares que também se incomodavam com as novas distâncias dos pólos de trabalhos. Prejudicados, estes segmentos rebelaram-se contra as dificuldades de viver no Rio de Janeiro do início do século, indicando o governo como responsável pelo fracasso financeiro de grande parte do setor empresarial. Insatisfeitos não eram apenas os pobres e os comerciantes, a Revolta de 1904 teve ainda outros opositores, representados principalmente pelos militares jacobinistas. Estes reprovavam o governo liberal de Rodrigues Alves e defendiam a necessidade de um poder ditatorial, atraindo para suas fileiras os grupos contrários ao governo, entre os quais os monarquistas descontentes e os políticos opositores(59)<sup>59</sup>.

---

59(59) CARONE, Edgard- A República Velha (Evolução Política). 2a ed. , São Paulo, Difel, 1974, p. 203.

Desta forma, as explicações para a Revolta de 1904 encontram suas raízes em situações complexas, nutridas ao longo dos anos. Contudo, é possível perceber os contornos dos problemas na gestão anterior, no governo de Campos Sales, em cuja presidência teve início a crise econômica que envolvia a todos. Neste quadro, a aprovação da Lei da Vacina Obrigatória tem que ser considerada como resposta imediata, mas não única, a um processo de tensões que se desdobrava a longo tempo(60)<sup>60</sup>.

A condição de “pretexto imediato” não invalida, certamente, o enfoque privilegiado que se deu às sucessivas tentativas de imposição da vacina anti-variólica no Rio de Janeiro. Pelo contrário, julga-se que, recuperando a questão em torno da vacina e da vacinação, é possível explicar os mecanismos que levaram a população a se insurgir contra o Estado, mediante a utilização feita pelos políticos e militares oposicionistas do governo republicano. A polarização dos grupos se fez por motivos diversos mas baseada na contradição pública estabelecida entre a aceitação da Lei da Vacina Obrigatória e as liberdades democráticas. Convém lembrar que neste momento ficou evidente o peso da tradição popular em não aceitar a vacinação e as falas “progressistas” da política médica do governo.

Desta forma, os líderes oposicionistas, no dia 5 de novembro, fundam a “Liga Contra a Vacina Obrigatória”, que passou a funcionar na sede do “Centro das Classes Operárias”, numa clara tentativa de unir os protestos contra a obrigatoriedade da vacina com as contestações operárias que vinham se avolumando desde 1903 e se agudizando ao longo de 1904.

Os líderes da “Liga”, Lauro Sodré, Barbosa Lima e Vicente de Souza, passaram a promover reuniões populares onde se invocava a inconstitucionalidade da Lei de 31 de outubro. Esta postura, aliás, se alastrava para a consideração de quase todos os atos do governo de Rodrigues Alves.

---

60(60) SEVCENKO, Nicolau - A Revolta da Vacina. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 8.

No dia 10 de novembro teve início uma série de confrontos entre populares e policiais que iriam caracterizar a violência da revolta. A “Liga” convocou uma reunião popular na rua do Ouvidor e o espaço público era sintomático das intenções amplas que se pretendia dar ao ato público. Os fatos se sucederam rápidos: a polícia entrevistou e prendeu um dos oradores, o povo exaltado tentou tirar o líder das mãos das autoridades que o detiveram, ocorrendo então um conflito entre as duas partes. A cavalaria foi instruída para montar piquetes a fim de acalmar a ira popular, contudo o povo recebeu os militares a pedradas. Estava estabelecido o caos.

As principais ruas do centro carioca viram-se ostensivamente vigiadas pelas Brigadas Policiais e um clima de insubordinação passou a tomar conta do Rio de Janeiro, marcando as tensões entre populares e soldados defensores da ordem.

Na manhã seguinte um novo comício foi organizado pela Liga Contra a Vacina Obrigatória, desta vez no Largo São Francisco de Paula. Como no dia anterior, a polícia entrevistou e novos choques se deram, obrigando o comércio a cerrar suas portas. Os conflitos continuaram por todo o dia e, ao cair da noite, o povo já dominava vários logradouros da cidade, dentre eles a Praça Tiradentes, o Largo São Francisco e as Ruas do Ouvidor e do Teatro. Eufórica, a massa rebelada dava vivas ao Exército dissidente e morras à polícia leal que, amedrontada com o que se sucedia, permaneceu momentaneamente paralisada.

À noite uma nova reunião-foi convocada pela Liga. Para a Rua Espírito Santo, onde se localizava a sede do Centro das Classes Operárias, afluíram mais de 3.000 cariocas que, após inflamados discursos do senador Lauro Sodré e do deputado Barbosa Lima, percorreram as ruas centrais do Rio de Janeiro, saqueando inúmeros estabelecimentos comerciais e tentando atacar a residência do Ministro da Justiça, José Joaquim Seabra.

Os revoltosos dirigiram-se depois para o Palácio do Catete, tendo sido interrompidos em sua marcha pela polícia. Rechaçados pelas forças militares, o povo gritava na noite carioca: “Abaixo a vacina obrigatória! Abaixo a polícia!”(61)<sup>61</sup>.

Cientes das dificuldades do momento, os chefes das forças militares da cidade foram convocados para uma reunião de emergência. Às 10 horas da noite terminou o encontro. No Largo da Lapa, populares atacaram o carro que transportava o comandante da Brigada Policial, general Silva Piragibe, inicialmente a pedradas e em seguida a tiros. O general ordenou que a sua escolta, composta por 12 lanceiros, disparasse contra a multidão, fato que acabou por causar uma morte e vários feridos.

A morte de um dos revoltosos serviu para colocar os protestos em outro plano. Foi preciso pouco tempo para que a população começasse a investir contra os bondes da Companhia do Jardim Botânico, que passaram a ser tombados e incendiados. Os combustores de iluminação pública tornaram-se também alvo da ira popular, sendo depredados. A cidade, às escuras, padeceu uma onda de violência sem igual até então na história do Rio de Janeiro. Rodrigues Alves decidiu convocar o 10o. Batalhão de Infantaria para defender o Palácio do Catete, admitindo assim o estado de calamidade.

No dia seguinte, 12 de novembro, uma nova concentração popular foi realizada na sede da Liga Contra a Vacina Obrigatória. Apesar de pedir calma e prudência à população, os líderes voltaram a criticar ferozmente o governo. Barbosa Lima, além de atacar a Lei da Vacina, disse que “o povo já não devia suportar a pesada submissão do governo de fazendeiros, que, após haver explorado os pobres escravos, presentemente, explora a República”. Ato contínuo, Lauro Sodré findou sua fala dando loas à memória de Benjamin Constant e Floriano Peixoto(62)<sup>62</sup>.

---

61(61) CASTRO, Sertório - A República que a Revolução Destruiu. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1932, p. 189.

62(62) CARONE, E. - Op. cit., p. 205.

Se o sábado transcorreu aparentemente sem grandes conflitos entre o povo e as forças militares, o mesmo não se deu no domingo, 13 de novembro. De manhã; todos os jornais da cidade estampavam em primeira página um comunicado da polícia que alertava sobre a inconveniência de qualquer reunião popular.

Não obstante o aviso, logo às 2 horas da tarde a Praça Tiradentes estava tomada pelo povo. Pouco depois o carro do chefe da Polícia Carioca, Cardoso de Castro, era atacado por populares, provocando forte reação policial. Sertório de Castro, uma testemunha presente a este conflito, assim narra a reação popular às investidas da polícia:

Mas o que ali se desenrolava era uma scena de franca revolução. O povo reagia ferozmente a tiros e pedradas, fugindo, recuando, avançando de novo cahindo feridos, tombando mortos.(63)<sup>63</sup>.

A partir deste acontecimento, a revolta popular ganhou dimensões mais críticas. Todas as entradas das ruas que levavam à Praça Tiradentes foram bloqueadas pela força policial que era dirigida pelo general Silva Piragibe. O comandante, do alto de uma das sacadas do prédio da Secretaria de Justiça, avaliava a situação e transmitia ordens a seus subordinados.

A multidão, encurralada, refugiou-se na Rua do Sacramento, que aliás era uma das áreas desapropriadas para a reforma da cidade. Nos vários prédios que haviam sido demolidos se ocultavam os populares que se muniam de fartas quantidades de madeira e pedras, transformados imediatamente em armas pela resistência popular.

Novamente o chefe da Brigada Militar ordenou aos cavalarianos que invadissem a rua onde se alojavam os revoltosos. Fazendo uso de armas de fogo, os policiais acataram a ordem, matando inúmeros populares, inclusive uma criança que caiu agonizante na calçada do Tesouro. A revolta se espalhou então por todo o Rio de Janeiro, irrompendo o campo inicial dos confrontos que até então se concentravam nas principais ruas do centro da cidade.

---

63(63) CASTRO, S. - *Op. cit.*, p. 191.



Tanto no centro como nos bairros o panorama era semelhante: bondes virados para servir de trincheira, veículos públicos incendiados para paralisar a cidade - assim como qualquer outro tipo de transporte - como carroças, tilburis e automóveis. Os fios telefônicos foram cortados e as barcas depredadas.

Prédios foram ocupados pelos revoltosos, sendo seus proprietários retirados à força de suas residências. Instalados no alto dos edifícios, como aconteceu na rua São Jorge, os revoltosos passaram a agir como franco-atiradores, desnortando os trabalhos policiais. Os bombeiros foram convocados para debelar os inúmeros incêndios, únicos focos de luz em uma cidade que teve praticamente todo o seu sistema de iluminação pública destruído. Novas forças do Exército e o Corpo de Marinheiros Nacionais foram convocados pelo presidente para intervir na revolta.

Com a interrupção das comunicações, as forças militares ficaram parcialmente imobilizadas. Era praticamente impossível transmitir e receber orientações e informações. Isto, aliás, não só favoreceu a ação dos revoltosos como possibilitou a veiculação de inúmeros boatos que se referiam à tomada do Catete pelo povo e a vinda de novas unidades policiais para sufocar a revolta. O povo procurava novos pontos de ataque. A Companhia de Gás do Manguê foi inteiramente depredada, o mesmo ocorrendo com diversas estações ferroviárias e de polícia.

No dia 14 de-novembro a ação dos revoltosos prosseguiu. O comércio não funcionou e as ruas deixavam expostas as marcas da revolta:

Todas as ruas centraes apresentavam os aspectos de um campo de batalha, cobertas de destroços: bon-des virados, incendiados, vidros espatifados, latas, madeiras. Os poucos combustores que estavam de pé, iam sendo destruídos.(64)<sup>64</sup>.

Ainda que setores médios da população apoiassem a revolta, até este ponto a participação era eminentemente popular. José Vieira descreve os personagens dos acontecimentos elevando o que antes era tido como marginalia à condição de heróis:

Os bravos que inventaram essa maneira de combate à vaccina foram os vendedores de jornaes, os garotos de cortiço, os operários desocupados, os capangas de políticos cariocas.(65)<sup>65</sup>.

Uma série de acontecimentos vieram a alterar as características da Revolta de 1904. Aos poucos a ira popular era capitalizada pelo presidente Rodrigues Alves, que figurava então como o grande inimigo do povo. Oswaldo Cruz, amigo particular do presidente, dirigiu-se para o Catete e em conversa com Rodrigues Alves sugeriu ao presidente que sua demissão poderia amenizar a situação tensa da cidade. Rodrigues Alves, mostrando a inteira confiança que sempre depositou em seus ministros, negou-se veementemente a tomar tal medida e, segundo Sertório de Castro, respondeu ao médico:

- Si o governo cair, cairá bem, porque cairá com o senhor. Mas esteja certo de que, qualquer que seja a situação, havemos de vencer. A razão está conosco.(66)<sup>66</sup>.

---

64(64) Idem, p. 194.

65(65) VIEIRA, José - O Bota Abaixo. Rio de Janeiro, Selma, 1934, p. 169

66(66) CASTRO, S. Op. cit., p. 196.

No final da tarde, a visita do general Olímpio da Silveira veio a colocar o presidente face a um novo grupo de opositoristas. Em concordância com Lauro Sodré, Barbosa Lima e o general Silva Travassos, o general Silveira foi até o Presidente para ameaçá-lo com uma rebelião militar, caso não fosse decretada a demissão de Joaquim José Silveira, Ministro da Justiça. O Presidente não se alterou e, como já havia ocorrido na manhã daquele mesmo dia, reiterou toda a confiança e estima que nutria pelo seu Ministro da Justiça, negando-se a demiti-lo. Sobre o assunto o próprio Rodrigues Alves se pronunciou em anotações de seu diário:

Quando (o general) falou na possibilidade das escolas saírem, interrompi-o para dizer que o governo estava de tudo informado e preparado para manter a ordem e que manteria, saíssem ou não as escolas. Falei com rigor e energia para impressioná-lo, o que penso haver conseguido. Disse-lhe que devia aconselhar os seus amigos e camaradas para que não se excedessem e, ao retirar-se, sendo a minha resolução de manter a ordem, custasse o que custasse, disse que ia aconselhar aos seus companheiros e que no meu lugar, não teria conduta diferente. Retirando-me, fiquei muito preocupado com a ousadia de um oficial que, em tal situação procurava o presidente da República não para se pôr às suas ordens, mas para indicar acomodações, e isto à paisana, embora falando com o devido respeito ao seu superior.(67)<sup>67</sup>.

Foram inúteis os esforços do general Olímpio da Silveira, empenhado em convencer os conspiradores que chefiavam o movimento militar insurrecional. Naquela mesma noite os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, junto com alguns elementos do Realengo, sublevaram-se contra Rodrigues Alves, dando nova dimensão à “Revolta de 1904”.

---

67(67) FRANCO, Afonso Arinos de Melo - Rodrigues Alves. Rio de Janeiro/São Paulo, José Olympio/EDUSP, 1973, vol.1, p. 409.

Depois de se organizarem sob o comando do general Travassos, cerca de 300 alunos armados, ainda que com pouca munição, foram enviados para o Catete com o objetivo de depor o Presidente da República. Ciente dos últimos acontecimentos, Rodrigues Alves convocou todo o seu ministério, com exceção do Barão do Rio Branco, que se encontrava em Petrópolis. O próprio Presidente organizou a resistência do Catete. Novos contingentes do Exército, da Marinha e da polícia foram convocados para guarnecer o Palácio do Governo, enquanto o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal construía trincheiras nos jardins do edifício.

Rodrigues Alves foi alertado do perigo a que se expunha, permanecendo no Palácio, mesmo aconselhado a se refugiar em um navio da Marinha de Guerra, estacionado na Baía da Guanabara. Uma vez mais o Presidente confirmou sua disposição em não recuar frente aos acontecimentos, declarando: “Este é o meu lugar, e daqui só sahirei morto”(68)<sup>68</sup>.

Coube ao general Antonio Carlos Silva Piragibe o comando das tropas fiéis ao Presidente. O encontro entre estes e os militares revoltosos se deu na Rua da Passagem. Defendendo o presidente existiam cerca de 2.000 homens fartamente armados, enquanto que entre os aproximadamente 300 rebeldes existia para cada soldado não mais que uma centena de cartuchos. O combate durou pouco. Depois de meia hora de luta, e já com dezenas de mortos e feridos, surpreendentemente os legalistas bateram em retirada, abandonando as armas no local do confronto.

---

68(68) CASTRO, S. - Op. cit., p. 199.

Os rebeldes, sem muita convicção do significado do confronto, não se preocuparam em perseguir os legalistas. Pelo contrário, foram a procura de um tenente conhecido que morava nas imediações da área em que se deu o conflito, retornando depois à Escola Militar. Enquanto isso, o Presidente da República organizou uma nova força militar, composta por elementos de todas as armas que estavam mobilizadas na cidade e enviou-a para a Escola da Praia Vermelha. Os revoltosos, na Escola, se renderam depois do bombardeio feito por um navio de guerra. Foram presos 175 alunos militares que justificaram a rendição pela falha de adesões prometidas mas não concretizadas(69)<sup>69</sup>.

Novas prisões de altas patentes militares foram efetuadas no transcorrer dos dias 15 e 16 de novembro. O general Travassos fora ferido durante os combates, sendo preso e vindo a falecer no Hospital Central. Lauro Sodré, ferido na cabeça, foi escondido por simpatizantes do movimento em uma residência na Rua da Passagem, permanecendo na clandestinidade por algum tempo.

Enquanto Rodrigues Alves sufocava a revolta militar, o povo dava prosseguimento ao movimento nas ruas. Casas comerciais continuaram a ser saqueadas, inclusive lojas de armas, fato que aumentou o poderio bélico dos revoltosos civis.

O bairro da Saúde tornou-se baluarte da revolta. Erigiu-se esta área como o lugar por excelência, onde as reações se constituíram. Como símbolo maior dos protestos populares de 1904, este bairro passou a se identificar com as propostas libertárias populares. Composta de áreas pertencentes à Marinha e à Mitra Diocesana, a Saúde foi logo ocupada por uma população pobre, acostumada a conviver com a polícia. O cenário do bairro, principalmente do morro do Mortona, era um atestado da pobreza da cidade. Foco de epidemias fatais, a área, ao contrário do que o nome Saúde sugere, era um dos locais menos salubres da capital da República(70)<sup>70</sup>.

---

69(69) CARONE, E. - *Op. cit.*, p. 209-10.

70(70) SANTOS, F.A. Azenor de Noronha - *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965, p. 120 e 123 e *Cruls, Gastão- Aparências do Rio de Janeiro*. 2a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1952, vol. 2, p. 530.

O “Porto Artur”, como ficou popularmente conhecido o bairro, lembrando a guerra russo-japonesa, ofereceu forte resistências às investidas legalistas, usando-as nas operações de combate enorme quantidade de dinamite.

O chefe da sedição na Saúde foi um negro conhecido como Prata Preta, que inclusive organizou a revolta da área sob forma militar, utilizando toque de cornetas para transmitir ordens.

Destacou-se ainda a feérica resistência dos homens instalados em uma trincheira, na rua Harmonia, dirigida por um homem do povo, Manduca, filho de um açougueiro do quarteirão, que era com alguns outros companheiros do bairro revoltoso o operador de uma “mortal peça de artilharia”.

A resistência dos habitantes pobres da Saúde chamou a atenção das forças legalistas que concentraram seu poderio de ataque no local, ocorrendo inclusive o bombardeamento da área por um navio de guerra. Enquanto isto, Prata Preta e seus “bambas” viviam a utopia do poder de um povo que almejava se livrar das péssimas condições de vida impostas por uma sociedade longe da igualitária. Ao lado da violenta repressão militar, Porto Artur vivia momentos de regozijo acreditando que, como dizia “dentro das casas commerciaes, grupos comiam e bebiam fartamente”(71)<sup>71</sup>.

Já no final do dia 16, a ostensiva força governamental destruía um sonho de liberdade da população pobre. Bombardeado o bairro da Saúde, pouco a pouco foram caindo as trincheiras e toda a defesa do bairro. Descobriu-se então que as poderosas peças de artilharia supostamente utilizadas pelos revoltosos nada mais eram do que um simples poste de iluminação pública depositado dentro de um carrinho de mão, que a criatividade de algum observador legalista transformou em “sofisticado artefato de guerra”.

Desta forma terminava a Revolta de 1904, “o mais indomável movimento popular ocorrido no Rio de Janeiro”, segundo um memorialista estudado por Nicolau Sevcenko(72)<sup>72</sup>.

---

71(71) CASTRO, S. - Op. cit., p. 205.

72(72) SEVCENKO, N. - Op. cit., p.40.

Desde o dia 16 a cidade estava em estado de sítio. A repressão aos revoltosos vencidos. foi grande, sofrendo mais os civis que os militares, pois, em poucos dias, Rodrigues Alves já havia anistiado os soldados envolvidos na revolta.

Quanto aos civis, bastava ser pobre, desempregado e sem residência fixa para ser preso. O tratamento dispensado à pobreza foi assim registrado por uma outra testemunha dos acontecimentos de novembro, o escritor Lima Barreto:

A polícia arrebanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhantemente, arrebatava-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à ilha das Cobras, onde eram surradas desapiedadamente;(73)<sup>73</sup>.

Após a revolta, Rodrigues Alves preferiu cancelar a obrigatoriedade da imunização anti-variólica, tornando-a novamente facultativa a toda população brasileira.

A Revolta de 1904 teve um sentido bem mais profundo que a anulação da Lei da Vacina Obrigatória. Uma vez mais invocam-se as palavras de Lima Barreto que, melhor do que qualquer um de seus contemporâneos, soube analisar o significado dos acontecimentos de novembro:

Essa masorca teve grandes vantagens: 1a) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defendê-la com armas na mão; 2a) diminuir um pouco o fetichismo da farda; 3a) desmoralizar a Escola Militar.

Pela vez primeira, eu vi entre nós não se ter medo do homem fardado. O povo, como os astecas ao tempo de Cortes, se convenceu de que eles também eram mortais.(74)<sup>74</sup>.

---

73(73) BARRETO, Lima- Diário Intimo. 3a. ~d., São Paulo, Brasiliense, 1961, p.49.

74(74) Idem, p.48.

## CONCLUSÃO

A proposta básica do governo de Rodrigues Alves constituiu-se na modernização da capital da República. As melhorias urbanísticas e sanitárias eram inevitavelmente necessárias para que o Rio de Janeiro cumprisse o seu papel político e econômico, tanto no contexto nacional como internacional.

O Presidente, mais do que qualquer outro antecessor seu, soube eleger um corpo ministerial especializado, cômico das necessidades de uma capital do século XX. Dentre os planos modernizadores, Rodrigues Alves viu no saneamento um dos principais meios de se realizar a tão almejada “regeneração nacional”. Aliás, desde o início de sua trajetória política, o Conselheiro sempre pautou suas atividades por medidas de significativa alcance no campo da Saúde Pública. O cientista Oswaldo Cruz, elevado à diretoria do Serviço Sanitário Nacional, tornou-se o principal auxiliar do Presidente na tentativa de melhorar as condições de salubridade do Rio de Janeiro.

Os reflexos sociais das medidas saneadoras levadas a efeito por Rodrigues Alves e Oswaldo Cruz foram múltiplas. Se por um lado ocorreu uma efetiva melhoria do nível de saúde da população carioca, por outro coube principalmente à população dos cortiços do centro da cidade, dos morros e dos subúrbios pesados ônus pela modernização necessária.

A tentativa de concretizar a aplicabilidade da Lei da Vacina Obrigatória constituiu-se no fator último que levou a população pobre a se rebelar contra as árduas condições de vida que o momento tornara ainda mais agudas. A revolta popular, oportunisticamente, seguiu a revolta organizada pelos militares descontentes e por outros grupos oposicionistas minoritários.



Frente à revolta, inicialmente Rodrigues Alves não retrocedeu, não abandonando seu ponto no Catete quando tal medida lhe foi sugerida, organizando a reação e sufocando tanto a revolta militar como popular, não sem antes ocorrerem incontáveis mortes militares e civis.

Por fim, o presidente preferiu anular a obrigatoriedade da vacina, como convinha ao momento, fato que permitiu que novas e devastadoras epidemias variólicas ocorressem na cidade.

## BIBLIOGRAFIA

ANGULO, Juan J. - “Varíola” in: VERONESI, Ricardo- Doenças Infeciosas e Parasitárias. 7a Ed., Rio de Janeiro, Guanabara- Koogan, 1982.

ARAÚJO, Carlos da Silva - Fatos e Personagens da História da Medicina e da Farmácia no Brasil. Rio de Janeiro, Revista Continente, 1979, vol. 1.

AZEREDO, Paulo Roberto - “Classe social e saúde na cidade do Rio de Janeiro: primeira metade do século XIX” Revista do Museu Paulista N.S. 26, São Paulo, 1978.

BARBOSA, Plácido e REZENDE, Cássio Barbosa - Os serviços de saúde pública no Brasil e especialmente na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1909, vol.1.

BARRETO, lima- Diário Intimo. 3ª.ed., São Paulo, Brasiliense, 1961.

CAIRO, Nilo- “Augusto Comte e a vacinação” Gazeta de Notícias 16 de setembro de 1904. Apud. TEIXEIRA MENDES, R. - A opinião de Augusto Comte ... op. cit., p. XXI.

CARDOZO, Saturnino Nicolao- Saneamento da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, typ. LET TZINGER, 1905, vol. 1.

CARONE, Edgard - A República Velha (Evolução Política). 2a ed., São Paulo, Difel, “1974.

CARTWRIGHT, Frederick F. - Disease and history. New York, Thomas Y. Crowell Co., 1972.

CARVALHO, Bulhões - Nomenclatura das Moléstias. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905.

CASTRO, Sertório - A República que a Revolução Destruiu. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1932.

Documentos Interessantes. Vol.28.

DODSWORTH, Toledo - “Notas sobre a vacinação e a vaccina” Brazil – Médico 18(12), 22 de março de 1904.

FONTENELLE, J.P. - A Saúde Pública no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, s.c.p . 1939.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo- Rodrigues Alves. Rio de Janeiro/São Paulo, José Olympio/EDUSP, 1973, vol.1.

FRANCO, Justiniano de Melo - “Conto dos trabalhos Vaccínicos lido na sessão pública da Academia Real de Sciencias de Lisboa em 24 de julho de 1816”. Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa. tomo V.

GUARANY, Soeiro- “Da vacinação e revaccinação no Brasil: lo ponto”- Gazeta Médica do Rio de Janeiro (9), lo de dezembro de 1863.

HOWARD-JONES, Norman - The Scientific Background of the International Sanitary Conferences. Geneva, WHO, 1975.

LEAL, Joaquim Bagueira do Carmo- “O despotismo sanitário perante a medicina”. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1901.-A Questão da Vacina. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1904.

Lettres d’Auguste Comte a Henry Dix Hutton. Dublin, S.C.P., 1890.

MELLO, Antonio - “A vacinação obrigatória e alguns Srs. Representantes da nação” Brazil - Médico 18(38), 8 de outubro de 1904.--- “Vacinação obrigatória” Brazil - Médico. 18(32), 22 de agosto de 1904.

MOREIRA, Nicolao Joaquim- “Efficácia da Vaccina: resposta a seus detractores: la parte” - Gazeta Médica do Rio de Janeiro (10). 15 de outubro de 1862.

REGO, José Pereira (Barão do Lavradio). Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1872.

SANTOS, F.A Agenor de Noronha- As freguesias do Rio Antigo. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965, p. 120 e 123 e Cruls, Gastão - Aparências do Rio de Janeiro. 2a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1952, vol. 2.

SEIDL, Carlos -"A obrigatoriedade da vaccina" Brazil-Médico 18 (28), 22 de julho de 1904.

SEVCENKO, Nicolau- A Revolta da Vacina. São Paulo, Brasiliense, 1984.

SILVA, Gastão Pereira da - O Romance de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Brasília Editora, s.d ..

TEIXEIRA :MENDES, R. -"A liberdade espiritual e a vacinação obrigatória", Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1888. -"A vacinação obrigatória" Jornal do Commércio, 3 de julho de 1904.

TORRES, João Camillo de Oliveira- O positivismo no Brasil. 2a edição, Petrópolis, Vozes, 1952.---La Campagne Sanitaire au Brésil. Paris, Societé Générale d'Impression, 1913.

VIEIRA, José- O Bota Abaixo. Rio de Janeiro, Selma, 1934.



1974 • 2024



**UNITAU**  
Universidade de Taubaté

ISBN: 978-85-9561-175-7

**CBL**



9 788595 611757